



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 1ª - SUPEL-COGEN1

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90599/2025/LEI Nº 14.133/2021

Para **TODOS OS ITENS**, adota-se a **exclusiva** participação para as **ME/EPP** e equiparadas, tendo em vista o Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 e o Art. 6º do Decreto Estadual nº 21.675/17.

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 22/06/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 17/06/2026.
---	--

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição de materiais, compreendendo Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) , destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT).	
FUNDAMENTO: Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº28.874, de 25 de Janeiro de 2024, dentre outros.	
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0064.001692/2025-25	
UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br	
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 131.348,69 (cento e trinta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos)
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL
Facultativa	Contrato
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (INFORMAR ITEM DO ANEXO I)	

Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no item 25.2 do Termo de Referência. 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no item 25.21.12. do Termo de Referência. 3. Regularidade fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no item 25.12 do Termo de Referência. 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no item 25.21.12. do Termo de Referência.		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
sim	não	não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	REGISTRO DE PREÇO
Menor Preço	Aberto	Sim
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
TELEFONE: (69) 3212-9243		cogen1.supel@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (EX.: 90001/2024)		

SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
3. DO OBJETO;
4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
11. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
12. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
13. DO RECURSO;

- 14. DA HOMOLOGAÇÃO;
- 15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
- 16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
- 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
- 18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
- 19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
- 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
- 21. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES , por meio da Portaria nº 230/2025/GAB/SUPEL, publicada no DOE na data 17 de Setembro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 90599/2025/SUPEL/RO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com o Método de Disputa: ABERTO, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133, de 2021, Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Complementar nº 123/06, e o Decreto Estadual 21.675/2017 e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) **Secretária de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária-SEPAT.**

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:
- Secretária de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária-SEPAT.

3. DO OBJETO

3.1. Registro de Preços para a aquisição de materiais, compreendendo Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 4 seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3.3.1 Das Quantidades e Especificações:

MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI									
ITEM	CATMAT/CATSER	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	Nugeo	Gerfu	Gerfr	Coopi	TOTAL

MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI									
ITEM	CATMAT/CATSER	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	Nugeo	Gerfu	Gerfr	Coopi	TOTAL
1	1372	Material	Material	Capacete de Segurança, tipo II com jugular, resistente a impactos e intempéries.	25	-	-	14	39
2	1303	Material	Unidade	Colete refletivo, Alta visibilidade, com faixas refletivas (ABNT NBR 15292)	20	-	-	-	20
3	1465	Material	Unidade	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 36	10	-	-	2	12
4	1465	Material	Unidade	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 38	10	-	-	2	12
5	1465	Material	Unidade	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 40	30	-	-	-	30
6	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 42	45	-	5	8	58
7	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 44	45	-	5	2	52
8	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 46	35	-	5	-	40
9	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 48	20	-	5	-	25
10	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 50	10	-	-	-	10
11	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 52	5	-	-	-	5
12	14086	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho P	50	-	5	-	55

MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI									
ITEM	CATMAT/CATSER	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	Nugeo	Gerfu	Gerfr	Coopi	TOTAL
13	14086	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho M	200	28	18	6	252
14	14086	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho G	200	20	18	4	242
15	14086	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho GG	50	-	5	4	59
16	1377	Material	Unidade	Óculos de sol esportivo, lentes polarizadas preto com filtro UV, antiembaçantes, laterais, flexíveis e fechadas.	70	-	-	-	70
17	419	Material	Unidade	Luvas de proteção, raspa ou vaqueta, ou luvas anti-corte dependendo da atividade. (pares)	150	-	-	-	150
18	1214	Material	Unidade	Protetor auricular, tipo plug ou concha, para uso com drones ou equipamentos ruidosos.	50	-	-	-	50
19	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 36	5	-	-	-	5
20	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 37	10	-	2	2	14

MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

ITEM	CATMAT/CATSER	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	Nugeo	Gerfu	Gerfr	Coopi	TOTAL
21	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 38	12	-	2	4	18
22	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 39	18	-	2	-	20
23	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 40	20	-	6	-	26
24	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 41	10	-	4	4	18
25	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 42	30	-	8	-	38
26	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 43	25	-	5	4	34

MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

ITEM	CATMAT/CATSER	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	Nugeo	Gerfu	Gerfr	Coopi	TOTAL
27	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 44	20	-	-	-	20
28	1413	Material	Unidade	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada. tamanho M	50	-	-	14	64
29	1413	Material	Unidade	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada. tamanho G	50	10	-	-	60
30	1413	Material	Unidade	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada. tamanho GG	50	-	20	-	70
31	375	Material	Unidade	Protetor Solar FPS 60 com ação repelente 1 Litro	30	20	20	-	70
32	375	Material	Unidade	Protetor solar FPS 50+, loção resistente à água, com proteção UVA/UVB, 120 ml.	20	-	12	14	46
33	15161	Material	Unidade	Repelente de insetos, com Icaridina ou DEET, para proteção contra insetos vetores, 100 ml.	50	-	-	-	50
34	1115	Material	Unidade	Garrafa Termica para água, Capacidade de 10 L, em aço inox durável, com tampa de alavanca, vedação com válvula antivasamento e alça para transporte.	12	10	5	4	31

MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI									
ITEM	CATMAT/CATSER	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	Nugeo	Gerfu	Gerfr	Coopi	TOTAL
35	4855	Material	Unidade	Chapéu de proteção Solar Nucal e cinta fixadora de Pescoço, tecido em algodão; com fecho em metal; forro em algodão; Proteção de nuca. tamanho M	30	-	20	-	50
36	4855	Material	Unidade	Chapéu de proteção Solar Nucal e cinta fixadora de Pescoço, tecido em algodão; com fecho em metal; forro em algodão; Proteção de nuca. tamanho G	30	-	16	-	46

3.4. Da garantia do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 23 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3.4.1. Todos os itens ofertados, no que couber, deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

3.4.2. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas nos prazos, conforme Art. 26 da Lei nº 8.078/90.

3.4.3. Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

3.4.3. Deverão ser substituídos, às suas expensas, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 dias corridos a contar da notificação para tal.

3.5 Das condições contratuais/garantia do contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 13 e 27 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3.5.1. Não será exigida garantia contratual, uma vez que o objeto desta licitação não apresenta grande complexidade

3.5.2. A formalização do Contrato Administrativo estabelecerá as condições e responsabilidades entre as partes para o fornecimento do objeto, em conformidade com este instrumento e com a proposta da empresa, sob a análise e aprovação da Procuradoria Geral do Estado – PGE-RO.

3.5.3. A vigência do instrumento contratual, decorrente do presente Termo de Referência, será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, considerando que os objetos serão entregues de forma imediata.

3.5.4. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização do documento.

3.5.6. É obrigação da CONTRATADA de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.6. Do reajuste e supressão contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 31. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3.6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), ressalvadas as hipóteses de reajuste e repactuação, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.

3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 14 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3.7.1. A fiscalização do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por uma comissão de no mínimo 03 (três) pessoas, indicados pela gestão da pasta, dos quais deverão dentre outros averiguar o que segue:

3.7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato sob os aspectos qualitativo e quantitativo, conforme prevê o art. 140, da Lei nº. 14.133/2021, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver em desacordo com o contrato, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto a sua execução;

3.7.3. Supervisionar, fiscalizar, atestar e conferir o objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, podendo recusar tudo o que estiver em desacordo com as normas ou descrições contidas neste Termo de Referência;

3.7.4. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

3.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no item 12 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3.8.1. O objeto deverá ser entregue, de forma única, no Núcleo de Patrimônio e Almoxarifado da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT, localizado na Rua Antônio Lacerda, nº 4138, Bairro Setor Industrial, Porto Velho/RO – CEP: 76.801-005, no período de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 07h30min e 13h30min.

3.8.2. Para a efetivação da entrega, é necessário prévio agendamento, o qual poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico cec@sepat.ro.gov.br.

3.8.3. O prazo para a entrega do objeto será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual ou de outro instrumento hábil que o substitua, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.8.4. A entrega deverá ocorrer em estrita conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, observando-se todos os critérios de qualidade exigidos.

3.8.5. O aceite definitivo do objeto contratado somente ocorrerá após a verificação da conformidade da entrega, mediante atendimento integral das exigências técnicas pactuadas.

3.8.6. Durante a entrega, é indispensável que a contratada utilize equipamentos e ferramentas adequadas, bem como disponibilize profissionais capacitados em número suficiente, de modo a garantir a execução do fornecimento sem interrupções, inclusive nos casos de ausência por férias, licenças ou quaisquer outras eventualidades.

3.8.7. A quantidade mínima para cada ordem de fornecimento, será de 10% do quantitativo registrado de cada participante, conforme art. 121 do decreto estadual 28.874/2024.

3.8.8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.8.8.1. Nos termos do art. 140, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento dos bens será formalizado conforme segue:

3.8.9. Recebimento Provisório:

3.8.9.1. Em até 05 (cinco) dias úteis, contados da entrega do objeto, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, condicionando-se à verificação da conformidade dos itens com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da contratada, nos termos do art. 140, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

3.8.10. Recebimento Definitivo:

3.8.10.1. Em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, será realizada a verificação final quanto à qualidade e conformidade dos bens requisitados, com consequente emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do art. 140, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

3.8.10.2.Caso seja constatada qualquer não conformidade, defeito ou incompletude dos itens, os prazos de recebimento e o respectivo pagamento serão interrompidos, com suspensão de qualquer repasse financeiro até a devida regularização por parte da contratada.

3.8.10.3. A contratada será notificada formalmente e deverá sanar as irregularidades no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação, sem ônus adicional à Administração.

3.8.10.4. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade pela qualidade do bem requisitado, devendo sanar quaisquer vícios ou defeitos identificados dentro do prazo de garantia.

3.8.10.5. A contratada poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega por até 30 (trinta) dias, desde que formalmente justificado e expressamente autorizado pela Administração.

3.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas no item 16 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3.9.1. O pagamento terá por base legal o art. 141 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021 e art. 188 e demais dispositivos do Decreto Nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

3.9.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

3.9.3. As notas fiscais ou faturas deverão ser emitidas em duas vias e apresentadas à Administração Contratante para fins de conferência e certificação. Deverão conter, obrigatoriamente, a descrição detalhada do objeto fornecido, a indicação do número do contrato, quando houver, bem como os dados bancários da Contratada para fins de pagamento.

3.9.4. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e aos Débitos Trabalhistas. Serão aceitas certidões positivas com efeito negativo.

3.9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.9.6. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZACAO FUNDIARIA URBANA E RURAL DO ESTADO DE RONDONIA - FRFUR, CNPJ: 18.677.407/0001-13 - AV FARQUAR, nº 2986 - EDIF PALACIO RIO MADEIRA - PEDRINHAS, Porto Velho - RO, 76.801-470.

3.9.7. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Pública, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365; I = \dots\dots\dots$$

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

3.9.8. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

3.9.9. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

3.9.10. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

3.10. Da obrigação da contratada: Ficam aquelas estabelecidas no item 26.1.8. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3.10.1. Entregar o objeto na forma, quantidades e prazos exigidos no Termo de Referência e no Edital, em perfeitas condições, conforme as especificações e tamanhos solicitados, e no local estabelecido.

3.10.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.10.3. Responsabilizar-se integralmente pelos materiais contratados, nos termos da legislação vigente, e por todo e qualquer ônus decorrente da entrega dos materiais, inclusive frete, seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras despesas resultantes da entrega dos itens propostos, incluindo licenças em repartições públicas e registros, se necessário.

3.10.4. Corrigir, às suas expensas e sem qualquer ônus para a SEPAT, dentro de prazo compatível (máximo de 10 dias a contar da notificação), quaisquer falhas ou imperfeições originadas do fornecimento contratado durante o prazo de garantia, ou reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, no total ou em parte, o objeto contratado.

3.10.5. Dar integral cumprimento à proposta apresentada, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.10.6. Disponibilizar e manter atualizado endereço eletrônico durante toda a execução do contrato/fornecimento.

3.10.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação. Notificar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, da ocorrência de qualquer evento que venha a causar impedimentos na entrega do objeto, sem que isso a exima das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizado.

3.10.8. Fornecer à Contratante a relação com o nome do responsável técnico e da equipe encarregada para eventuais tratativas e extração de dúvidas.

3.10.9. Atender prontamente às solicitações da Contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários.

3.10.10. Recolher aos cofres do Estado, conforme instrução oportuna, as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de sua fatura.

3.10.11. Quando houver formalização contratual, aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

3.10.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, em conformidade com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

3.10.13. Apresentar as seguintes declarações, quando solicitadas: de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; de Fato Superveniente; de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP); de Ciência do Edital; de Menor; Independente de Proposta; de Acessibilidade; de Cota de Aprendizagem; e de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

3.11. Da obrigação da contratante: Ficam aquelas estabelecidas no item 26.1.2. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3.11.1. Designar formalmente servidor(es) para promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, com vistas ao seu perfeito cumprimento sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando em instrumento próprio as eventuais falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências que exijam medidas corretivas.

3.11.2. Efetuar o pagamento à Contratada nos prazos e condições estabelecidos, bem como atestar, por meio de comissão de servidores ou servidor designado, as Notas Fiscais relativas à efetiva entrega dos equipamentos, após rigorosa conferência das características dos equipamentos entregues e comprovação da conformidade com o objeto contratado.

3.11.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, comunicando-a imediatamente sobre as irregularidades manifestadas na execução do contrato e recebendo dela as informações acerca das providências adotadas.

3.11.4. Prestar à Contratada todas as informações necessárias ao bom e fiel desempenho do contrato, bem como os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

3.11.5. Assegurar que as obrigações descritas neste Termo de Referência sejam realizadas pela Contratada, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao objeto contratual, salvo se autorizado prévia e expressamente pela SEPAT.

3.11.6. Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste Termo de Referência, quando for o caso, manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções pelo descumprimento total ou parcial.

3.12 Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no item 21 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3.12.1. Na entrega do objeto, a empresa contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme disposições constantes no capítulo II do Art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA

4.1. Serão registrados valores mínimos ou quantidades mínimas para faturamento e entrega, conforme item 30.20. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

4.2. No que concerne às quantidades mínimas, indica-se o disposto no Decreto nº 11.462/2023, que, embora seja o regulamento federal de registro de preços, pode ser utilizado como referência para as explicações necessárias:

Art. 15. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disporá sobre: [...] II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, desde que justificada; [...] Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II do caput, consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.

4.3. Desse modo, a quantidade mínima a ser cotada refere-se ao quantitativo que o licitante deve apresentar em sua proposta, sendo possível que um mesmo edital origine múltiplos fornecedores para um único item.

4.4. Nesse sentido, é fundamental considerar uma possível perda de ganhos de escala decorrente do fracionamento de cotações pela Administração e observar os princípios da eficiência, vantajosidade e economicidade. Assim, não se vislumbra viabilidade técnica no recebimento de múltiplas propostas para um único item, ressalvados apenas os casos de possíveis divisões para reserva de cotas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

4.5. Desta forma, as propostas apresentadas no presente certame deverão condizer com a totalidade dos quantitativos apresentados em cada item, não sendo admitida a possibilidade de os licitantes oferecerem propostas em quantitativos inferiores aos máximos previstos no edital.

5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES

5.1. Será admitida a previsão de preços diferentes, conforme item 35 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

5.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na

legislação aplicável.

5.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4, a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

5.7. É admitida a previsão de preços diferentes na mesma Ata de Registro de Preços, nas seguintes situações, desde que devidamente justificadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Edital:

- a) Em razão da localização da entrega dos EPIs (frete, logística, etc.).
- b) Em função da sazonalidade ou de condições específicas de fornecimento.
- c) Em função da quantidade total a ser adquirida (economia de escala).

5.8. O edital estabelecerá os critérios objetivos para a aceitabilidade de preços diferenciados, devendo o fornecedor apresentar a proposta de preços de acordo com as especificações e condições de entrega estabelecidas.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

6.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: cogen1.supel@gmail.com;

6.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

6.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

6.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

6.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

7.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** no momento da habilitação.

7.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

7.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

7.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

7.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

7.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 22. e subitens - Termo de Referência.

7.6.6.1. É vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, uma vez que a união de esforços se faz necessária apenas na questão de alta complexibilidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isoladas de empresas, que não é o caso do objeto em questão. A formação de Consórcios nesta licitação poderá ensejar na redução do caráter competitivo do certame, visto que, trata-se de fornecimento de bem comum;

7.6.6.2. A participação de cooperativas será permitida, desde que seu objeto seja compatível com o definido neste Termo, e sua constituição e funcionamento observem, conforme o caso, as regras estabelecidas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

7.6.7 Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no item 28 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

7.6.7.1. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase ou etapa requeira a participação de terceiros, em razão da necessidade de especialização ou atividade diversa daquela praticada pela contratada, como material principal.

7.6.7.2. Os itens que compõem a solução são comuns, de fácil acesso e aquisição, não justificando a necessidade de realizar subcontratação.

7.6.7.3. Por essa razão, é vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto deste termo.

8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

8.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

8.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

8.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma **LC 123/06**.

8.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

8.4 Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.

9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

9.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

9.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

9.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema **COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

9.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 8 do Anexo I deste edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances

9.8. A proposta deverá abranger a totalidade dos itens solicitados neste Termo de Referência, com a indicação clara do preço unitário e total para cada item de EPI.

9.9. Os preços propostos deverão ser firmes e irrevogáveis durante o prazo de validade da proposta e, se vencedora, durante o prazo de vigência do contrato, salvo se houver previsão editalícia de reajuste ou repactuação, o que não se aplica a este caso de aquisição de bens.

9.10. Deverão estar inclusos nos preços propostos todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral do objeto, tais como: impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, comerciais, frete, seguro, embalagem, garantia, assistência técnica, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos EPIs.

9.11. Especificações Técnicas

9.11.1. A proposta deverá demonstrar que os EPIs ofertados atendem rigorosamente às especificações técnicas mínimas e demais exigências contidas neste Termo de Referência, incluindo, mas não se limitando a:

9.11.2. Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo órgão nacional competente, para cada tipo de EPI.

9.11.3. Marca, modelo e fabricante do produto.

9.11.4. Prazo de garantia contra defeitos de fabricação.

9.12. Moeda e Forma de Pagamento

9.12.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional (Real - R\$).

9.12.2. A proposta deverá indicar a forma de pagamento, que deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

9.13. Apresentação

9.13.1. A proposta deverá ser apresentada em conformidade com o modelo e formato exigidos no Edital.

9.13.2. A proposta deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou procurador, com a devida identificação.

9.14. Vínculo da Proposta

9.14.1. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e irrevogável de todas as condições e regras estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

9.14.2. A licitante vencedora estará obrigada a manter as condições da proposta durante a execução do contrato.

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

10.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

10.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, conforme item 30.14. do Anexo I deste edital - Termo de Referência

10.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – **ME** ou Empresa de Pequeno Porte – **EPP**, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR**.

10.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.10. Persistindo o empate, será realizado **SORTEIO ELETRÔNICO** através do sistema ComprasGov, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa **SEGES/MGI N° 79**.

10.11. Em caso de impossibilidade de utilização do subitem 10.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site sorteador.com.br (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 10.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.13. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência.

11. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do **CHAT MENSAGEM** do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

11.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

11.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

11.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

11.3.1.1. O prazo previsto no subitem 11.3.1 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final

11.3.1.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 11.3.1.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

11.3.3. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

11.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

11.5. Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

11.7. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 8 do Anexo I - termo de Referência.

11.7.1. A proposta de preços deverá atender às seguintes condições, sob pena de desclassificação:

11.7.2. Abrangência e Detalhamento

11.7.3. A proposta deverá abranger a totalidade dos itens solicitados neste Termo de Referência, com a indicação clara do preço unitário e total para cada item de EPI.

11.7.4. Os preços propostos deverão ser firmes e irrevogáveis durante o prazo de validade da proposta e, se vencedora, durante o prazo de vigência do contrato, salvo se houver previsão editalícia de reajuste ou repactuação, o que não se aplica a este caso de aquisição de bens.

11.7.5. Deverão estar inclusos nos preços propostos todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral do objeto, tais como: impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, comerciais, frete, seguro, embalagem, garantia, assistência técnica, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos EPIs.

11.8. As propostas terão validade mínima de 60 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.9.1 **A SUPEL** solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

11.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 11.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

11.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da **SUPEL** informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

11.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

11.9.4. O procedimento mencionado no item 11.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

11.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - **CAGEFIMP**, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS/CGU** (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - **TCU**.

12.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

12.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

12.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7. O Pregoeiro, após a aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

12.7.1. O prazo previsto no subitem 12.7 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final

12.7.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.7.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.8. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov a documentação exigida e atualizada, nos termos do Edital, sob pena de inabilitação.

12.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

12.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

12.12.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.12.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do **FGTS**, relativa à Seguridade Social e ao **FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

12.12.1. Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

12.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - **CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – **DAP** ou **DAP- P** válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do **INSS** – **CEI**, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa **RFB** nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

12.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

12.14.1. Dispensa-se a exigência de **Qualificação Econômico-Financeira** para o presente certame estabelecidos no item 25.21.5. do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

12.14.2. Considerando que o objeto da presente licitação se enquadra na definição de bem de fornecimento célere, com prazo de entrega estipulado em 30 (trinta) dias, o que, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso LVIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), caracteriza a modalidade de "entrega imediata".

12.14.3. Considerando, outrossim, a ampla e notória disponibilidade do bem no mercado, circunstância que, por conseguinte, mitiga os riscos inerentes ao procedimento licitatório e assegura a máxima competitividade entre os potenciais fornecedores, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

12.14.4. Neste contexto, e em estrita observância aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência que norteiam a atuação da Administração Pública, e com vistas à otimização do procedimento administrativo, invoca-se o permissivo legal contido no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que expressamente faculta a dispensa de documentação de habilitação.

12.14.5. O referido dispositivo legal estabelece, in verbis:

12.14.6. "III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)."

12.14.7. Destacamos que a contratação em tela atende ao critério de "**entrega imediata**", conforme a

caracterização legal supracitada.

12.14.8. Destarte, a dispensa parcial da documentação de habilitação, abrangendo especificamente as exigências de habilitação técnica e de qualificação econômico-financeira, encontra-se devidamente motivada pela natureza do objeto (bem de entrega imediata e ampla disponibilidade) e integralmente amparada pelo dispositivo legal vigente, conferindo a necessária segurança jurídica ao ato.

12.14.9. Pelo exposto, e com fundamento no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, dispensa-se a exigência de **Habilitação Técnica e de Qualificação Econômico-Financeira** para o presente certame.

12.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.15.1. Dispensa-se a exigência de **Qualificação-Técnica** para o presente certame estabelecidos no item 25.21.5. do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

12.15.2. Considerando que o objeto da presente licitação se enquadra na definição de bem de fornecimento célere, com prazo de entrega estipulado em 30 (trinta) dias, o que, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso LVIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), caracteriza a modalidade de "entrega imediata".

12.15.3. Considerando, outrossim, a ampla e notória disponibilidade do bem no mercado, circunstância que, por conseguinte, mitiga os riscos inerentes ao procedimento licitatório e assegura a máxima competitividade entre os potenciais fornecedores, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

12.15.4. Neste contexto, e em estrita observância aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência que norteiam a atuação da Administração Pública, e com vistas à otimização do procedimento administrativo, invoca-se o permissivo legal contido no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que expressamente faculta a dispensa de documentação de habilitação.

12.15.5. O referido dispositivo legal estabelece, in verbis:

12.15.6. "III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)."

12.15.7. Destacamos que a contratação em tela atende ao critério de "**entrega imediata**", conforme a caracterização legal supracitada.

12.15.8. Destarte, a dispensa parcial da documentação de habilitação, abrangendo especificamente as exigências de habilitação técnica e de qualificação econômico-financeira, encontra-se devidamente motivada pela natureza do objeto (bem de entrega imediata e ampla disponibilidade) e integralmente amparada pelo dispositivo legal vigente, conferindo a necessária segurança jurídica ao ato.

12.15.9. Pelo exposto, e com fundamento no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, dispensa-se a exigência de **Habilitação Técnica e de Qualificação Econômico-Financeira** para o presente certame.

12.17. DAS DECLARAÇÕES:

12.17.1. Será verificado, no sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, se, no momento do cadastramento da proposta inicial, os licitantes declararam o cumprimento das exigências previstas nas disposições legais aplicáveis:

a) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos e concordar com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

c) Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos,

salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observância aos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante

i) Cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

j) O licitante organizado em **COOPERATIVA** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

k) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

k.1) A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021. **(Esta declaração deverá ser enviada/apresentada, juntamente com os documentos de habilitação, uma vez que não consta como campo específico na plataforma Compras.gov.br).**

9.18. Não será necessária a juntada das documentações exigidas diretamente na plataforma Compras.gov.br, em meio eletrônico, juntamente com os demais documentos de habilitação e proposta.

9.19. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

13. DO RECURSO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de **JULGAMENTO** e **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

13.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

13.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

15.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a

prévia manifestação dos interessados.

15.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no item 29. e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

16.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 155, da Lei 14.133/21, pela inexecução parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 5% (cinco por cento) do valor contrato;

16.3. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do Art. 155 da Lei 14.133/21:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

16.4. Segundo o art. 156, da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- XIII - Advertência;
- XIV - Multa;
- XV - Impedimento de licitar e contratar;
- XVI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.5. § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.6. § 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela

infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.7. § 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

16.8. § 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.9. § 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.10. § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

16.11. § 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

16.12. § 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.13. § 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.14. Multa de:

16.14.1. 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de **inexecução total** da obrigação assumida;

16.14.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.14.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrava pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.14.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

16.14.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrava no deste Termo de Referência.

16.14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.14.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações se darão de acordo com a tabela abaixo:

16.14.8. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão

consignados no orçamento da **Secretária de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária-SEPAT**, conforme estabelecido no item 20. Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

17.1. Classificação programática indicada pela Coordenadoria Administrativa e Financeira, conforme consignado na Declaração de Disponibilidade Orçamentária (0065126657)

P/A	FONTE	N/D
31.010.16.481.2129.2427- PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO	2.799.0.00001	33.90.30

18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.2. O limites global e individual para adesões a este Sistema de Registro de Preços será de, respectivamente R\$131.348,69, previstas no item 19.2 e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

18.3. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes será de **10%**, previstas no item 12.2.5. deste Edital - Termo de Referência.

18.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

18.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

18.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.10. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

18.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no **SICAF** e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

18.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

18.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

18.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

18.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

18.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2** o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

18.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores

registrados na ata.

18.15. O registro a que se refere o item **18.12.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

18.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

18.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

18.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

19.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

19.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

19.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

19.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

19.3. O disposto no § 1º do art. 136 do Decreto 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

20.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/>.

20.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

20.10.1. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - **SUPEL** via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

20.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

20.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

20.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

21. DOS ANEXOS

18.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência (71846713);

ANEXO II - SAMS (0065160261);

ANEXO III - Quadro Estimativo de Preços (67877506);

ANEXO V - Modelo de Minuta de Contrato (0066595711);

ANEXO VI - Minuta da Ata de Registro de Preço e da Adesão (72989513)

EZEQUIEL SALES DE LIMA

Membro da 1ª Comissão Genérica - SUPEL-COGEN1
Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

ROSEANNA NASCIMENTO ALVES DA SILVA

Pregoeira da 1ª Comissão Genérica - SUPEL-COGEN1
Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Ezequiel Sales de Lima, Membro**, em 03/06/2026, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roseanna Nascimento Alves da Silva, Pregoeiro(a)**, em 03/06/2026, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70368277** e o código CRC **8EAE3BCE**.

Referência: Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0064.001692/2025-25

SEI nº 70368277

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT
Gerência de Compras - SEPAT-GECOM

TERMO DE REFERÊNCIA**1. DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:**

- 1.1. Unidade administrativa: Fundo Especial de Regularização Fundiária Urbana e Rural do Estado de Rondônia - FRFUR
1.2. Unidade solicitante: Coordenadoria de Georreferenciamento - COOGEO

2. DA INTRODUÇÃO DA BASE LEGAL:

- 2.1. Este Termo de Referência conecta-se em obediência ao que dispõe a Lei Federal de Licitações e Contratos 14.133 de 01 de Abril de 2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024.

- 2.2. Atenta-se aos princípios previstos no art. 5º, *in verbis*:

[...]

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

[...]

- 2.3. Este instrumento é regido pelo disposto no Art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 42, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

- 2.4. Ainda, o objeto desta contratação é classificado como **bem comum**, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir especificações padronizadas de mercado que permitem definição objetiva de seus padrões de desempenho e qualidade.

- 2.5. Dessa forma, justifica-se a adoção da modalidade **PREGÃO**, em sua forma eletrônica, conforme art. 29, da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo maior competitividade, transparência e eficiência na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, *in verbis*:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3. DO OBJETO:

- 3.1. Registro de Preços para a aquisição de materiais, compreendendo **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT).

4. DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES:

MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI									
ITEM	CATMAT/CATSER	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	Nugeo	Gerfu	Gerfr	Coopi	TOTAL
1	1372	Material	Material	Capacete de Segurança, tipo II com jugular, resistente a impactos e intempéries.	25	-	-	14	39
2	1303	Material	Unidade	Colete refletivo, Alta visibilidade, com faixas refletivas (ABNT NBR 15292)	20	-	-	-	20
3	1465	Material	Unidade	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 36	10	-	-	2	12
4	1465	Material	Unidade	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 38	10	-	-	2	12
5	1465	Material	Unidade	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 40	30	-	-	-	30
6	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 42	45	-	5	8	58
7	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 44	45	-	5	2	52
8	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 46	35	-	5	-	40
9	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 48	20	-	5	-	25
10	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 50	10	-	-	-	10
11	1465	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 52	5	-	-	-	5
12	14086	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho P	50	-	5	-	55
13	14086	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho M	200	28	18	6	252
14	14086	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho G	200	20	18	4	242
15	14086	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho GG	50	-	5	4	59
16	1377	Material	Unidade	Óculos de sol esportivo, lentes polarizadas preto com filtro UV, antiembaçantes, laterais, flexíveis e fechadas.	70	-	-	-	70
17	419	Material	Unidade	Luvas de proteção, raspa ou vaqueta, ou luvas anti-corte dependendo da atividade. (pares)	150	-	-	-	150
18	1214	Material	Unidade	Protetor auricular, tipo plug ou concha, para uso com drones ou equipamentos ruidosos.	50	-	-	-	50
19	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 36	5	-	-	-	5
20	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 37	10	-	2	2	14
21	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 38	12	-	2	4	18
22	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 39	18	-	2	-	20
23	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 40	20	-	6	-	26

MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI									
ITEM	CATMAT/CATSER	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	Nugeo	Gerfu	Gerfr	Coopi	TOTAL
24	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 41	10	-	4	4	18
25	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 42	30	-	8	-	38
26	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 43	25	-	5	4	34
27	1415	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 44	20	-	-	-	20
28	1413	Material	Unidade	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada. tamanho M	50	-	-	14	64
29	1413	Material	Unidade	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada. tamanho G	50	10	-	-	60
30	1413	Material	Unidade	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada. tamanho GG	50	-	20	-	70
31	375	Material	Unidade	Protetor Solar FPS 60 com ação repelente 1 Litro	30	20	20	-	70
32	375	Material	Unidade	Protetor solar FPS 50+, loção resistente à água, com proteção UVA/UVB, 120 ml.	20	-	12	14	46
33	15161	Material	Unidade	Repelente de insetos, com Icaridina ou DEET, para proteção contra insetos vetores, 100 ml.	50	-	-	-	50
34	1115	Material	Unidade	Garrafa Termica para água, Capacidade de 10 L, em aço inox durável, com tampa de alavanca, vedação com válvula antivassamento e alça para transporte.	12	10	5	4	31
35	4855	Material	Unidade	Chapéu de proteção Solar Nucal e cinta fixadora de Pescoço, tecido em algodão; com fecho em metal; forro em algodão; Proteção de nuca. tamanho M	30	-	20	-	50
36	4855	Material	Unidade	Chapéu de proteção Solar Nucal e cinta fixadora de Pescoço, tecido em algodão; com fecho em metal; forro em algodão; Proteção de nuca. tamanho G	30	-	16	-	46

5. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Material de Equipamentos de Proteção Individual - EPI

5.1.1. A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual EPIs se faz necessária em cumprimento ao disposto no **art. 166 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, que estabelece a obrigação do empregador de fornecê-los gratuitamente aos trabalhadores sempre que as condições de trabalho assim exigirem. Tal medida garante a **segurança, saúde e integridade física** dos servidores, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais durante a execução de suas atividades. Ressalta-se que a presente compra **atenderá diretamente às demandas da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária**, considerando a natureza das atividades desempenhadas em campo e em ambiente administrativo, as quais envolvem deslocamentos, levantamentos georreferenciados, visitas técnicas e serviços que exigem proteção adequada. Assim, a disponibilização dos EPIs assegura não apenas o cumprimento da legislação trabalhista, mas também a plena execução das atribuições da Secretaria, garantindo condições seguras e regulares de trabalho aos servidores.

5.2. Coordenadoria de Georreferenciamento - COOGEO (0062726852)

5.2.1. Considerando a necessidade de aquisição de **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, informamos abaixo a justificativa dos itens necessários para o desempenho seguro das atividades de campo realizadas pelos servidores:

5.2.2. As atividades desenvolvidas incluem:

5.2.3. **Georreferenciamento:** levantamento de informações, medições e cadastro geoespacial de áreas urbanas e rurais;

5.2.4. **Fiscalização:** verificação de conformidade de propriedades e áreas em campo;

5.2.5. **Vistorias técnicas:** avaliação de imóveis e terrenos, incluindo aspectos físicos e estruturais;

5.2.6. **Regularização fundiária:** apoio à identificação e cadastro de ocupantes e lotes;

5.2.7. **Outras atividades externas:** deslocamentos e trabalhos em áreas de difícil acesso, exposição a riscos naturais e condições adversas de clima e terreno.

5.2.8. A utilização adequada de **EPIs** é essencial para:

5.2.9. Garantir a saúde, segurança e integridade física dos servidores;

5.2.10. Permitir a execução eficiente das tarefas em campo, minimizando riscos de acidentes;

5.2.11. Assegurar conformidade com normas de segurança do trabalho e boas práticas institucionais.

5.3. **Gerência de Engenharia e Regularização Fundiária Urbana - GERFU (0062729644)**

5.3.1. Considerando que a **Gerência de Engenharia e Regularização Fundiária Urbana - GERFU** realiza ações de regularização fundiária nas áreas urbanas e rurais do Estado de Rondônia, incluindo atendimento à população para cadastro social e físico, vistorias para avaliação de imóveis e ações externas junto a municípios conveniados e parceiros, e que, em conjunto com a Coordenadoria de Georreferenciamento (COOGEO), realiza trabalhos de levantamento cadastral georreferenciado, medições de lotes urbanos e rurais e identificação e cadastro de ocupantes, torna-se essencial a utilização de **camisetas de identificação para os servidores**, a fim de garantir:

5.3.2. Adequada identificação e abordagem da equipe técnica perante os moradores durante as atividades de campo;

5.3.3. Maior segurança e credibilidade nas ações realizadas em bairros e comunidades;

5.3.4. Padronização visual dos servidores da SEPAT, fortalecendo a imagem institucional durante a execução dos cadastros físicos.

5.4. **Gerência de Engenharia e Regularização Fundiária Rural - GERFR (0062782827)**

5.4.1. A Gerência de Engenharia e Regularização Fundiária Rural – GERFR, considerando a necessidade de aquisição de **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, apresenta abaixo as justificativas dos itens necessários para assegurar o desempenho seguro das atividades de campo realizadas pelos servidores.

5.4.2. As ações desenvolvidas pela GERFR envolvem **georreferenciamento, fiscalização, vistorias técnicas, regularização fundiária e outras atividades externas**, o que torna indispensável a utilização de EPIs adequados para proteção, segurança e eficiência na execução dos trabalhos.

5.5. **Coordenadoria de Patrimônio Imobiliário – COOPI**

5.5.1. Considerando que o **Núcleo de Fiscalização – NUFI**, vinculado à COOPI/SEPAT, tem como atribuição principal realizar a verificação in loco das condições físicas e do uso dos imóveis públicos estaduais, informamos que tais atividades incluem: 0062869008; 0063969498

5.5.2. **Fiscalização de imóveis:** identificação de situações de abandono, degradação, ocupações irregulares, desvio de finalidade ou qualquer outro fator que comprometa a adequada destinação do bem;

5.5.3. **Subsidiar relatórios de fiscalização:** coleta de informações fidedignas que permitam a adoção de medidas administrativas tempestivas e fundamentadas;

5.5.4. **Apoio a ações patrimoniais:** subsidiar regularização fundiária, cessão, afetação ou alienação, promovendo maior segurança jurídica quanto à destinação e ocupação dos imóveis públicos.

5.5.5. Considerando que, para o cumprimento das metas do NUFI, a COOPI executa trabalhos de campo junto à população do Estado de Rondônia, torna-se necessária a utilização de **camisetas de identificação para os servidores**, a fim de garantir:

5.5.6. Adequada identificação da equipe técnica durante as ações de fiscalização;

5.5.7. Maior segurança e credibilidade nas atividades realizadas em bairros e imóveis públicos;

5.5.8. Padronização visual dos servidores da SEPAT, fortalecendo a imagem institucional e garantindo a conformidade com os princípios da administração pública.

6. **ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO**

6.1. A estimativa quantitativa para suprir a presente demanda foi estabelecida com base nas requisições formalizadas por cada setor competente, em conformidade com os seguintes documentos constantes no sistema SEI: Núcleo de Georreferenciamento (NUGEO), identificado pelo ID 0062726852; Gerência de Engenharia e Regularização Fundiária Urbana (GERFU), sob o ID 0062729644; Gerência de Engenharia e Regularização Fundiária Rural (GERFR), registrada no ID 0062782827; e Coordenadoria de Patrimônio Imobiliário (COOPI), com os IDs 0062869008 e 0063969498.

7. **PRAZO DE VALIDADE**

7.1. O prazo de validade da proposta de preços apresentada pela licitante será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação (data da sessão pública de abertura ou da data limite para envio da proposta, conforme o caso).

7.2. Este prazo está em consonância com o disposto no art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o prazo de validade da proposta deve ser indicado no edital. O prazo de 60 (sessenta) dias é considerado razoável e compatível com a duração do procedimento licitatório para aquisição de bens comuns, como os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

7.3. Consequências do Vencimento do Prazo

7.3.1. Decorrido o prazo de validade da proposta sem que a licitante tenha sido convocada para a contratação, ela ficará liberada dos compromissos assumidos, conforme o art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. A Administração Pública poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade da proposta, caso o procedimento licitatório não tenha sido concluído. A prorrogação dependerá de aceitação expressa da licitante.

8. CONDIÇÕES DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proposta de preços deverá atender às seguintes condições, sob pena de desclassificação:

8.2. Abrangência e Detalhamento

8.2.1. A proposta deverá abranger a totalidade dos itens solicitados neste Termo de Referência, com a indicação clara do preço unitário e total para cada item de EPI.

8.2.2. Os preços propostos deverão ser firmes e irrevogáveis durante o prazo de validade da proposta e, se vencedora, durante o prazo de vigência do contrato, salvo se houver previsão editalícia de reajuste ou repactuação, o que não se aplica a este caso de aquisição de bens.

8.2.3. Deverão estar inclusos nos preços propostos todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral do objeto, tais como: impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, comerciais, frete, seguro, embalagem, garantia, assistência técnica, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos EPIs.

8.3. Especificações Técnicas

8.3.1. A proposta deverá demonstrar que os EPIs ofertados atendem rigorosamente às especificações técnicas mínimas e demais exigências contidas neste Termo de Referência, incluindo, mas não se limitando a:

8.3.2. Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo órgão nacional competente, para cada tipo de EPI.

8.3.3. Marca, modelo e fabricante do produto.

8.3.4. Prazo de garantia contra defeitos de fabricação.

8.4. Moeda e Forma de Pagamento

8.4.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional (Real - R\$).

8.4.2. A proposta deverá indicar a forma de pagamento, que deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

8.5. Apresentação

8.5.1. A proposta deverá ser apresentada em conformidade com o modelo e formato exigidos no Edital.

8.5.2. A proposta deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou procurador, com a devida identificação.

8.6. Vínculo da Proposta

8.6.1. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e irrevogável de todas as condições e regras estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

8.6.2. A licitante vencedora estará obrigada a manter as condições da proposta durante a execução do contrato.

9. DEFINIÇÃO A RESPEITO DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS, EXAME DE CONFORMIDADE OU PROVA DE CONCEITO

9.1. Considerando a natureza do objeto, que consiste na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) classificados como bens comuns, e a existência de mecanismos regulatórios que atestam a qualidade e segurança dos produtos, a Administração Pública dispensa a exigência de apresentação de amostras, realização de exame de conformidade ou prova de conceito na fase de julgamento das propostas.

9.2. Ressalta-se que a dispensa de testes prévios não afasta a prerrogativa da Administração de realizar a verificação da conformidade do objeto no momento da entrega, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os EPIs que não estiverem em estrita consonância com as especificações técnicas exigidas, com o CA apresentado e com a proposta vencedora, nos termos do Art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

10. LEVANTAMENTO DE MERCADO

10.1. Em conformidade com o art. 18, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2021, o presente levantamento de mercado examina as alternativas juridicamente disponíveis para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), com o propósito de subsidiar a definição da estratégia de contratação mais vantajosa para a Administração, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

1) Contratação direta por dispensa de licitação (art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021)

10.2. A contratação direta constitui exceção à regra constitucional da licitação, admitida exclusivamente nas hipóteses expressamente previstas em lei. Para compras e serviços de natureza comum, destaca-se a dispensa em razão do valor (art. 75, II). Tal hipótese subordina-se ao limite legal vigente e às demais condições normativas (comprovação da vantajosidade, estimativa de preços, adequação orçamentária, motivação, entre outras).

No caso vertente, considerando-se o valor estimado de R\$ 131.348,69 (cento e trinta e um mil trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos), resta inviabilizada a adoção da dispensa por valor, por extrapolação do teto legal para a espécie, razão pela qual a via excepcional não se revela juridicamente cabível nesta contratação.

2) Adesão a Ata de Registro de Preços — ARP (arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021)

10.3. A adesão a Ata de Registro de Preços permite que órgão não participante do certame originário (“carona”) contrate com base em preços previamente registrados, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos legais: vigência da ata, saldo disponível, compatibilidade integral do objeto (itens, quantidades e especificações), vantajosidade dos preços e anuência do órgão gerenciador, nos

termos dos arts. 82 a 86. No presente caso, não foram identificadas ARP's vigentes que abrangem a totalidade dos itens, quantidades e especificações técnicas demandadas, o que inviabiliza a adesão como solução apta a atender plenamente às necessidades administrativas.

3) Pregão (arts. 28, § 1º, e 29 da Lei nº 14.133/2021)

10.4. O Pregão é a modalidade obrigatória para a contratação de bens e serviços comuns (art. 29), assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos em edital por especificações usuais de mercado (art. 28, § 1º). Sua nota distintiva é a fase competitiva com lances sucessivos e decrescentes, apta a ampliar a competitividade e a maximizar a vantajosidade. Poderá ser realizado presencialmente ou, preferencialmente, de forma eletrônica, favorecendo a participação de fornecedores de diversas localidades e reforçando a publicidade, isonomia e eficiência do certame. Consideradas as particularidades da demanda, o Pregão Eletrônico mostra-se a solução mais adequada, por permitir a definição objetiva dos quantitativos e das especificações técnicas dos EPIs e a comparação isonômica das propostas, além de viabilizar, como regra, o julgamento pelo critério do menor preço (art. 33, I), em estrita observância aos princípios da isonomia, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa (art. 5º).

10.5. Diante do exposto, e à luz do marco normativo da Lei nº 14.133/2021, afasta-se a contratação direta por dispensa em razão do valor (por inadequação legal no caso concreto) e não se recomenda a adesão a ARP (por incompatibilidade objetiva com as necessidades). Impõe-se, portanto, como estratégia juridicamente adequada e mais vantajosa, a realização de Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para a aquisição dos EPIs.

11. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

11.1. À vista da necessidade delineada neste Estudo Técnico Preliminar e da análise das alternativas disponíveis no mercado, opta-se pela adoção da modalidade Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). A natureza de bens comuns dos itens licitados, cujas especificações técnicas e ciclo de vida são detalhados a seguir, viabiliza a definição objetiva do objeto e a comparação isonômica de propostas, alinhando-se perfeitamente aos requisitos legais.

11.2. A escolha fundamenta-se nos arts. 28, I e §1º, e 29, caput, da Lei nº 14.133/2021, c/c o Decreto Estadual nº 28.874/2024 e demais normativos aplicáveis. Adota-se, para fins de julgamento, o critério do menor preço (art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021), em estrita observância aos princípios da isonomia, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa (art. 5º).

11.3. Para a efetivação da contratação, após a avaliação das modalidades cabíveis (contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, adesão à Ata de Registro de Preços e Pregão), conclui-se que o Pregão Eletrônico é a estratégia que melhor atende ao interesse público e aos princípios que regem a Administração, pelos fundamentos a seguir:

11.3.1. Adequação ao Objeto e Especificações Técnicas

11.3.1.1. Os EPIs qualificam-se como bens comuns, conforme o art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, por serem passíveis de especificação padronizada e objetivamente verificável. Essa característica vincula a Administração ao emprego preferencial do Pregão (arts. 28, §1º, e 29 da Lei nº 14.133/2021). As especificações técnicas dos itens demandados, detalhados no item 4 deste Termo de Referência, asseguram a qualidade e a segurança necessárias, incluindo, no mínimo:

11.3.1.2. • **Conformidade com Normas Técnicas:** Atendimento integral às Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a NR-6, e às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis a cada tipo de equipamento.

11.3.1.3. • **Certificado de Aprovação (CA):** Todos os equipamentos deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, com data de validade compatível com o prazo de entrega e uso.

11.3.1.4. • **Certificação INMETRO:** Para os EPIs sujeitos à avaliação de conformidade no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), será exigida a apresentação dos respectivos certificados, conforme a Portaria INMETRO nº 500/2021 e regulamentos subsequentes.

11.4. Análise do Ciclo de Vida do Objeto

11.4.2. Em conformidade com o art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a consideração do ciclo de vida do objeto na seleção da proposta mais vantajosa, e com o art. 18, § 1º, inciso XII, da mesma Lei, que prevê a descrição de impactos ambientais e medidas mitigadoras no Estudo Técnico Preliminar, a análise do ciclo de vida dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) foi devidamente integrada ao planejamento desta contratação. Esta abordagem visa a otimização da sustentabilidade e da economicidade, abrangendo as seguintes etapas:

11.4.3. Fase do Ciclo de Vida — Requisitos e Considerações

- **Obtenção/Produção**
- Será priorizada a aquisição de materiais de baixo impacto ambiental, sempre que tecnicamente viável. Adicionalmente, os processos de fabricação deverão ser otimizados para minimizar a geração de resíduos.
- **Utilização**
- A durabilidade e a vida útil dos EPIs são critérios essenciais na seleção dos produtos. O objetivo é escolher itens que ofereçam maior longevidade, sem comprometer a segurança e a eficácia. Para isso, serão implementados treinamentos específicos sobre o uso correto, armazenamento e conservação, visando maximizar a eficiência e prolongar a vida útil dos equipamentos.
- **Manutenção**
- Os custos de manutenção são considerados nulos ou irrisórios, uma vez que a maioria dos EPIs é descartável ou substituída periodicamente.

- **Descarte/Disposição**
- O descarte dos EPIs seguirá rigorosamente as normas ambientais e sanitárias vigentes, com atenção especial aos equipamentos contaminados. A empresa contratada deverá fornecer informações detalhadas sobre a composição dos materiais para garantir um descarte ambientalmente correto e viabilizar a implementação de logística reversa, quando aplicável.

11.5. Inviabilidade das Alternativas

a) Dispensa de Licitação em Razão do Valor

A contratação direta por dispensa fundada em valor (art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021) revela-se **juridicamente inviável** na hipótese em exame. O valor estimado de R\$ 131.348,69 (cento e trinta e um mil trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos) excede, de forma inequívoca, os limites legalmente estabelecidos — R\$ 50.000,00 para obras e serviços de engenharia em geral e R\$ 100.000,00 para compras e demais serviços —, afastando, por incompatibilidade objetiva, qualquer enquadramento nas hipóteses autorizativas do referido dispositivo.

Cumprido salientar que a dispensa por valor não constitui faculdade discricionária ampla da Administração, mas exceção de interpretação restrita ao regime geral de licitação obrigatória, somente aplicável quando reunidos **cumulativamente** todos os pressupostos legais autorizadores. Ausente qualquer deles — como no caso, o próprio pressuposto do enquadramento no limite de valor —, a contratação direta fica automaticamente vedada, sob pena de nulidade do ato e responsabilização dos agentes públicos envolvidos, nos termos do art. 73 da Lei nº 14.133/2021.

b) Adesão a Ata de Registro de Preços (ARP)

A adesão a Ata de Registro de Preços alheia, embora abstratamente admitida nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, **mostrou-se concretamente inviável** por uma conjugação de razões técnicas e jurídicas:

i. Ausência de atas vigentes e adequadas: Não foram identificadas, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ou em pesquisa complementar, atas de registro de preços vigentes que contemplem a **integralidade dos itens, quantitativos e especificações técnicas** demandados no presente processo. A utilização fragmentada de atas distintas implicaria fracionamento indevido do objeto e comprometimento da gestão contratual unitária, em violação ao art. 8º, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

II. Risco de ofensa ao princípio da competição: A adesão indiscriminada a atas de outros órgãos, especialmente quando o volume de contratação é relevante, potencializa o risco de violação ao princípio da competição (art. 11, II e 5º, da Lei nº 14.133/2021), porquanto suprime o procedimento competitivo e pode resultar em preços desalinhados às condições de mercado vigentes à época da contratação.

III. Orientações e Jurisprudências do TCU: O Tribunal de Contas da União consolidou entendimento no sentido de que a adesão a ARP deve ser tratada como **medida excepcional**, condicionada à efetiva demonstração de conveniência e oportunidade, não podendo substituir o dever de planejamento e promoção de licitação própria quando as condições da ata não correspondam integralmente à necessidade do órgão aderente (5ª edição do Manual de Licitações).

11.6. Fundamentação da escolha: Pregão Eletrônico

a) Enquadramento Legal Obrigatório

A natureza do objeto — **aquisição de bens e/ou contratação de serviços comuns**, assim caracterizados por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis mediante especificações usuais de mercado — impõe, por força de lei, a adoção do Pregão como modalidade licitatória (art. 6º, inciso XLI, c/c art. 29, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

A preferência pela forma eletrônica, por sua vez, decorre de mandamento legal expresso: o **art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021** determina que as licitações e contratações deverão ser realizadas, preferencialmente, em meio eletrônico, diretriz reforçada pelo **Decreto Federal nº 10.024/2019**, que regulamenta especificamente o Pregão Eletrônico no âmbito federal. A modalidade presencial somente se justifica em hipóteses residuais e devidamente motivadas, não verificadas no presente caso.

Nesse contexto, a adoção do **Pregão Eletrônico** não representa mera conveniência administrativa, mas sim **cumprimento de determinação legal cogente**, cuja inobservância implicaria ilegalidade do procedimento.

b) Maximização da Competitividade e da Economicidade

O Pregão Eletrônico constitui a modalidade licitatória que, por sua estrutura procedimental intrínseca, maximiza os princípios da **competitividade** e da **economicidade**, em consonância com o imperativo expresso no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e com o mandamento constitucional de eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal).

A realização do certame em ambiente digital elimina barreiras geográficas e reduz sensivelmente os custos de participação para os licitantes, ampliando de forma expressiva o universo de competidores aptos a apresentar propostas. Esse ambiente favorece, em especial, a participação de **microempresas e empresas de pequeno porte**, beneficiárias do tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, ampliando a base concorrencial e contribuindo para o desenvolvimento econômico local e regional.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é **assente e reiterada** em reconhecer que o Pregão Eletrônico é a modalidade que melhor atende à obrigação de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública (*TCU, Acórdão nº 2.569/2017 – Plenário; Acórdão nº 5.386/2013 – Segunda Câmara*), alinhando-se ao princípio da eficiência e ao dever de boa gestão dos recursos públicos.

c) Transparência, Rastreabilidade e Controle

A adoção do Pregão Eletrônico promove, de forma **estruturalmente inerente**, a observância dos princípios da publicidade, da transparência e da isonomia, pilares do regime jurídico das contratações públicas (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

A plataforma eletrônica garante o **registro integral e automático** de todos os atos praticados ao longo do certame — propostas, lances, impugnações, pedidos de esclarecimentos, decisões e comunicações —, conferindo **rastreabilidade plena** ao procedimento e possibilitando o controle social e institucional em tempo real, sem necessidade de solicitações formais ou diligências posteriores.

O **sigilo das propostas** até o momento de abertura da sessão pública, aliado à publicidade dos demais atos procedimentais, assegura o tratamento isonômico entre os licitantes, impedindo direcionamentos, conluíus e favorecimentos indevidos, em consonância com o art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

A **divulgação obrigatória no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** (art. 174 da Lei nº 14.133/2021) confere ao certame ampla publicidade nacional, democratizando o acesso às oportunidades de contratação, fortalecendo a legitimidade do procedimento perante a sociedade, os órgãos de controle interno e externo, e o Ministério Público, e contribuindo para a integridade e a probidade administrativas.

d) Inadequação das Demais Modalidades Licitatórias

O afastamento das demais modalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 decorre de incompatibilidade objetiva com a natureza do objeto:

- A **Concorrência** destina-se a contratos de grande vulto e/ou objetos de alta complexidade técnica, não se adequando à contratação de bens ou serviços comuns de simples especificação, além de implicar rito procedimental mais extenso e oneroso sem qualquer ganho técnico justificável (art. 29, II c/c art. 6º, XLII, da Lei nº 14.133/2021);
- O **Diálogo Competitivo** é reservado a objetos de alta inovação, complexidade e imprevisibilidade técnica, nos quais a Administração necessita interagir com o mercado para definir a solução adequada (art. 32 da Lei nº 14.133/2021), situação diametralmente oposta à hipótese dos autos;
- O **Concurso** destina-se à seleção de trabalho técnico, científico ou artístico, sendo estruturalmente incompatível com a natureza da presente contratação (art. 30 da Lei nº 14.133/2021).

11.7. Conclusão

11.7.4. À luz do quadro fático e jurídico acima delineado, a realização de **Pregão, na forma eletrônica**, revela-se não apenas a opção mais adequada e eficiente para o objeto da contratação, mas a **única modalidade compatível** com o regime jurídico aplicável, com as exigências de controle, transparência e competitividade impostas pela Lei nº 14.133/2021 e com o dever constitucional de busca da máxima vantajosidade para a Administração.

11.7.5. Restam, assim, afastadas, por expressa motivação técnica e jurídica, as seguintes alternativas:

12. DO LOCAL / PRAZO / CONDIÇÕES DE ENTREGA:

12.1. DO LOCAL E FORMA DE ENTREGA

12.1.1. O objeto deverá ser entregue, de forma única, no Núcleo de Patrimônio e Almoxarifado da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT, localizado na Rua Antônio Lacerda, nº 4138, Bairro Setor Industrial, Porto Velho/RO – CEP: 76.801-005, no período de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 07h30min e 13h30min.

12.1.2. Para a efetivação da entrega, é necessário prévio agendamento, o qual poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico cec@sepat.ro.gov.br.

12.2. DO PRAZO

12.2.1. O prazo para a entrega do objeto será de até 30 (**trinta**) **dias corridos**, contados a partir da data da assinatura do **instrumento contratual ou de outro instrumento hábil que o substitua**, nos termos do **art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

12.2.2. A entrega deverá ocorrer em estrita conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, observando-se todos os critérios de qualidade exigidos.

12.2.3. O aceite definitivo do objeto contratado somente ocorrerá após a verificação da conformidade da entrega, mediante atendimento integral das exigências técnicas pactuadas.

12.2.4. Durante a entrega, é indispensável que a contratada utilize equipamentos e ferramentas adequadas, bem como disponibilize profissionais capacitados em número suficiente, de modo a garantir a execução do fornecimento sem interrupções, inclusive nos casos de ausência por férias, licenças ou quaisquer outras eventualidades.

12.2.5. A **quantidade mínima para cada ordem de fornecimento**, será de 10% do quantitativo registrado de cada participante, conforme art. 121 do decreto estadual 28.874/2024.

13. DO CONTRATO:

13.1. Do instrumento contratual:

13.1.1. A formalização do Contrato Administrativo estabelecerá as condições e responsabilidades entre as partes para o fornecimento do objeto, em conformidade com este instrumento e com a proposta da empresa, sob a análise e aprovação da Procuradoria Geral do Estado – PGE-RO.

13.1.2. A vigência do instrumento contratual, decorrente do presente Termo de Referência, será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, considerando que os objetos serão entregues de forma imediata.

- 13.1.3. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da disponibilização do documento.
- 13.1.4. É obrigação da CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 14.1. A fiscalização do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por uma comissão de no mínimo 03 (três) pessoas, indicados pela gestão da pasta, dos quais deverão dentre outros averiguar o que segue:
- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato sob os aspectos qualitativo e quantitativo, conforme prevê o art. 140, da Lei nº. 14.133/2021, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver em desacordo com o contrato, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto a sua execução;
 - b) Supervisionar, fiscalizar, atestar e conferir o objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, podendo recusar tudo o que estiver em desacordo com as normas ou descrições contidas neste Termo de Referência;
- 14.2. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

15. DO RECEBIMENTO

15.1. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 15.1.1. Nos termos do art. 140, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento dos bens será formalizado conforme segue:
- 15.2. **Recebimento Provisório:**
- 15.2.1. Em até 05 (cinco) dias úteis, contados da entrega do objeto, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, condicionando-se à verificação da conformidade dos itens com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da contratada, nos termos do art. 140, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.
- 15.3. **Recebimento Definitivo:**
- 15.3.1. Em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, será realizada a verificação final quanto à qualidade e conformidade dos bens requisitados, com consequente emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do art. 140, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.
- 15.3.2. Caso seja constatada qualquer não conformidade, defeito ou incompletude dos itens, os prazos de recebimento e o respectivo pagamento serão interrompidos, com suspensão de qualquer repasse financeiro até a devida regularização por parte da contratada.
- 15.3.3. A contratada será notificada formalmente e deverá sanar as irregularidades no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação, sem ônus adicional à Administração.
- 15.3.4. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade pela qualidade do bem requisitado, devendo sanar quaisquer vícios ou defeitos identificados dentro do prazo de garantia.
- 15.3.5. A contratada poderá solicitar prorrogação do prazo de entrega por até 30 (trinta) dias, desde que formalmente justificado e expressamente autorizado pela Administração.

16. DO PAGAMENTO:

- 16.1. O pagamento terá por base legal o art. 141 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021 e art. 188 e demais dispositivos do Decreto N° 28.874, de 25 de janeiro de 2024.
- 16.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgão fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 16.3. As notas fiscais ou faturas deverão ser emitidas em duas vias e apresentadas à Administração Contratante para fins de conferência e certificação. Deverão conter, obrigatoriamente, a descrição detalhada do objeto fornecido, a indicação do número do contrato, quando houver, bem como os dados bancários da Contratada para fins de pagamento.
- 16.4. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e aos Débitos Trabalhistas. Serão aceitas certidões positivas com efeito negativo.
- 16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.6. **A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZACAO FUNDIARIA URBANA E RURAL DO ESTADO DE RONDONIA - FRFUR, CNPJ: 18.677.407/0001-13 - AV FARQUAR, nº 2986 - EDIF PALACIO RIO MADEIRA - PEDRINHAS, Porto Velho - RO, 76.801-470.**
- 16.7. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Pública, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- 16.8.

$$EM = N \times VP \times I$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365; I = \dots\dots\dots$$

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

16.9. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.10. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

16.11. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

17. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

17.1. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por item**, conforme estabelecido no instrumento convocatório. Para tanto, o licitante deverá apresentar proposta de preços devidamente detalhada, contendo a descrição pormenorizada do item ofertado, a indicação da marca (quando pertinente), bem como os respectivos preços unitário e total.

17.2. É condição precípua que a proposta apresentada observe, em sua integralidade, todas as condições e especificações técnicas e formais delineadas neste instrumento. As ofertas deverão, outrossim, respeitar os preços máximos previamente estipulados no Edital.

17.3. O preço ofertado deverá contemplar a totalidade dos tributos incidentes, fretes, tarifas e todas as demais despesas inerentes à execução do objeto. Não serão admitidas propostas que apresentem objeto com especificações inferiores ou divergentes daquelas exigidas no Termo de Referência.

17.4. Na fase de julgamento, a Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT) reserva-se o direito de, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, proceder à análise e avaliação da conformidade da proposta, inclusive mediante a homologação de amostras, em estrita observância ao disposto no artigo 17, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

18. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 131.348,69 (cento e trinta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos), apurado com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

19. DEFINIÇÃO DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL

19.1. Valor Global Máximo Estimado

19.2. O valor global máximo estimado para a contratação, correspondente ao valor estimado da contratação, perfaz o montante de R\$ 131.348,69 (cento e trinta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

19.3. O referido valor constitui o limite máximo de aceitabilidade da proposta global, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a contratação por valores superiores ao estimado, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

19.4. Memória de Cálculo do Valor Global Estimado

19.5. O valor estimado foi determinado mediante a apuração da média aritmética dos montantes totais obtidos a partir das fontes de pesquisa de preços, notadamente o Relatório do Banco de Preços (ID 67877466) e o Quadro Comparativo (ID 67877506).

19.6. Para fins de maior fidedignidade da estimativa, os preços coletados foram previamente analisados quanto à sua consistência, sendo desconsiderados eventuais valores inexequíveis ou excessivamente discrepantes, quando identificados.

19.7. Os documentos que subsidiaram a formação do preço foram elaborados pela Superintendência de Licitações (Supel) e aprovados pelo Núcleo de Geoprocessamento, conforme Despacho (ID 68073991), e pelo Diretor Executivo desta Secretaria (ID 68235013).

19.8. Valores Unitários Máximos Estimados

19.9. Os valores unitários máximos estimados para cada item foram definidos com base na média dos preços unitários obtidos na pesquisa de mercado, servindo como parâmetro para o julgamento da aceitabilidade das propostas, conforme detalhamento constante na planilha de composição de custos anexa a este Termo de Referência.

Detalhamento dos Itens e Valores Máximos Estimados

Item	Descrição Consolidada	Quantidade	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Capacete de Segurança, tipo II com jugular	39	20,13	785,07
2	Colete refletivo, Alta visibilidade	20	21,58	431,60
3	Calça tática ultra resistente impermeável (Tam. 36)	12	172,47	2.069,64
4	Calça tática ultra resistente impermeável (Tam. 38)	12	172,47	2.069,64
5	Calça tática ultra resistente impermeável (Tam. 40)	30	172,47	5.174,10
6	Calça tática militar ultra resistente (Tam. 42)	58	172,47	10.003,26
7	Calça tática militar ultra resistente (Tam. 44)	52	172,47	8.968,44

8	Calça tática militar ultra resistente (Tam. 46)	40	172,47	6.898,80
9	Calça tática militar ultra resistente (Tam. 48)	25	172,47	4.311,75
10	Calça tática militar ultra resistente (Tam. 50)	10	172,47	1.724,70
11	Calça tática militar ultra resistente (Tam. 52)	5	172,47	862,35
12	Camisa manga longa, proteção UV (Tam. P)	55	59,22	3.257,10
13	Camisa manga longa, proteção UV (Tam. M)	252	59,22	14.923,44
14	Camisa manga longa, proteção UV (Tam. G)	242	59,22	14.331,24
15	Camisa manga longa, proteção UV (Tam. GG)	59	59,22	3.493,98
16	Óculos de sol esportivo, lentes polarizadas	70	8,90	623,00
17	Luvas de proteção, raspa ou vaqueta	150	22,90	3.435,00
18	Protetor auricular, tipo plug ou concha	50	2,47	123,50
19	Bota de segurança (Tam. 36)	5	81,77	408,85
20	Bota de segurança (Tam. 37)	14	81,77	1.144,78
21	Bota de segurança (Tam. 38)	18	81,77	1.471,86
22	Bota de segurança (Tam. 39)	20	81,77	1.635,40
23	Bota de segurança (Tam. 40)	26	81,77	2.126,02
24	Bota de segurança (Tam. 41)	18	81,77	1.471,86
25	Bota de segurança (Tam. 42)	38	81,77	3.107,26
26	Bota de segurança (Tam. 43)	34	81,77	2.780,18
27	Bota de segurança (Tam. 44)	20	81,77	1.635,40
28	Capa de chuva impermeável (Tam. M)	64	26,18	1.675,52
29	Capa de chuva impermeável (Tam. G)	60	26,18	1.570,80
30	Capa de chuva impermeável (Tam. GG)	70	26,18	1.832,60
31	Protetor Solar FPS 60 com repelente (1L)	70	153,05	10.713,50
32	Protetor solar FPS 50+ (120ml)	46	45,47	2.091,62
33	Repelente de insetos (100ml)	50	22,65	1.132,50
34	Garrafa Térmica 10L	31	321,67	9.971,77
35	Chapéu de proteção Solar Nucal (Tam. M)	50	32,21	1.610,50
36	Chapéu de proteção Solar Nucal (Tam. G)	46	32,21	1.481,66
Subtotal				131.348,69

19.10. Critério de Aceitabilidade e Vinculação

19.11. O Valor Global Máximo Estimado de R\$ 131.348,69 (cento e trinta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos) constitui o parâmetro determinante para a aceitabilidade da proposta em sua integralidade. A licitante deverá apresentar sua proposta de preços em estrita conformidade com os valores unitários e globais, observando o limite máximo previamente estabelecido.

20. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA:

20.1. Classificação programática indicada pela Coordenadoria Administrativa e Financeira, conforme consignado na Declaração de Disponibilidade Orçamentária (0065126657)

P/A	FONTE	N/D
31.010.16.481.2129.2427- PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO	2.799.0.00001	33.90.30

21. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

21.1. Na entrega do objeto, a empresa contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme disposições constantes no capítulo II do Art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

22. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA:**22.1. Forma de Consórcio:**

22.1.1. É vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, uma vez que a união de esforços se faz necessária apenas na questão de alta complexidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isoladas de empresas, que não é o caso do objeto em questão. A formação de consórcios nesta licitação poderá ensejar na redução do caráter competitivo do certame, visto que, trata-se de fornecimento de bem comum;

22.2. Sociedades Cooperativas:

22.2.1. A participação de cooperativas será permitida, desde que seu objeto seja compatível com o definido neste Termo, e sua constituição e funcionamento observem, conforme o caso, as regras estabelecidas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

23. DA GARANTIA:

23.1. Todos os itens ofertados, no que couber, deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

23.2. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas nos prazos, conforme Art. 26 da Lei nº 8.078/90.

Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

23.2.1. Deverão ser substituídos, às suas expensas, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 dias corridos a contar da notificação para tal.

24. DA PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP:

(Base legal da lei federal 14.133/21)

24.1. Quanto ao direito das empresas enquadradas na Lei federal n. 123/2006, normatizada pelo Decreto Estadual n. 21.675/2017:

24.2. Deverá ser concedido o direito as Microempresas e empresas de pequeno a participação exclusivamente nos itens ou lotes da licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 21.675/2017;

24.3. Quanto a reserva da cota de 25% (vinte e cinco por cento) para ME e EPP prevista no art. 8º do referido Decreto, poderá, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto;

25. DA HABILITAÇÃO:

25.1. A Lei 14.133/2021 aduz que são considerados atributos do sujeito, do proponente:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

25.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

25.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

25.4. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

25.5. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

25.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

25.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

25.8. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP - P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

25.9. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

25.10. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

25.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

25.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art.68, da Lei 14.133)

25.13. Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

25.14. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

25.15. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

25.16. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

25.17. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

25.18. DECLARAÇÕES:

25.19. Será solicitado outras declarações em conformidade o Art. 63 da Lei 14.133/21:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

(...)

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas."

25.20. Declaração que irá executar o objeto do certame em estrita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), indicando o encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.709/18;

25.21. ACEITAÇÃO DE CERTIDÕES POSITIVAS COM EFEITO DE NEGATIVA

25.21.1. Serão aceitas as Certidões Positivas com Efeito de Negativa (CPEN), em substituição às Certidões Negativas de Débitos (CND), para comprovar a regularidade fiscal, social e trabalhista da licitante.

25.21.2. A aceitação da CPEN encontra amparo legal no Código Tributário Nacional (CTN), especificamente em seu Art. 206. Este dispositivo estabelece que a certidão positiva terá os mesmos efeitos da negativa quando nela constar a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) não impede a aceitação da CPEN, devendo ser observada a regra geral do CTN.

25.21.3. A CPEN será aceita desde que atenda a três condições essenciais: **Validade, Conteúdo e Abrangência**. A certidão deve estar dentro do seu prazo de validade, conforme estabelecido pelo órgão emissor. Além disso, deve indicar expressamente que possui efeito de negativa ou que a exigibilidade do débito está suspensa, nos termos do Art. 206 do CTN. Por fim, a certidão deve corresponder ao mesmo tipo de regularidade exigida no Edital, aplicando-se esta regra a todos os documentos de habilitação que comprovem a regularidade fiscal (Federal, Estadual, Municipal), social (FGTS) e trabalhista (Justiça do Trabalho).

25.21.4. A Administração Pública deverá sempre buscar a interpretação mais favorável à ampla concorrência, desde que não comprometa a segurança jurídica e a comprovação da regularidade da licitante.

25.21.5. DA DISPENSA PARCIAL DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

25.21.6. Considerando que o objeto da presente licitação se enquadra na definição de bem de fornecimento célere, com prazo de entrega estipulado em 30 (trinta) dias, o que, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso LVIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), caracteriza a modalidade de "entrega imediata".

25.21.7. Considerando, outrossim, a ampla e notória disponibilidade do bem no mercado, circunstância que, por conseguinte, mitiga os riscos inerentes ao procedimento licitatório e assegura a máxima competitividade entre os potenciais fornecedores, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

25.21.8. Neste contexto, e em estrita observância aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência que norteiam a atuação da Administração Pública, e com vistas à otimização do procedimento administrativo, invoca-se o permissivo legal contido no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que expressamente faculta a dispensa de documentação de habilitação.

25.21.9. O referido dispositivo legal estabelece, in verbis:

"III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)."

25.21.10. Destacamos que a contratação em tela atende ao critério de **"entrega imediata"**, conforme a caracterização legal supracitada.

25.21.11. Destarte, a dispensa parcial da documentação de habilitação, abrangendo especificamente as exigências de habilitação técnica e de qualificação econômico-financeira, encontra-se devidamente motivada pela natureza do objeto (bem de entrega imediata e ampla disponibilidade) e integralmente amparada pelo dispositivo legal vigente, conferindo a necessária segurança jurídica ao ato.

25.21.12. Pelo exposto, e com fundamento no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, dispensa-se a exigência de **Habilitação Técnica e de Qualificação Econômico-Financeira** para o presente certame.

26. DAS OBRIGAÇÕES:**26.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

26.1.1. A Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), na qualidade de Contratante, obriga-se a:

26.1.2. Designar formalmente servidor(es) para promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, com vistas ao seu perfeito cumprimento sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando em instrumento próprio as eventuais falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências que exijam medidas corretivas.

26.1.3. Efetuar o pagamento à Contratada nos prazos e condições estabelecidos, bem como atestar, por meio de comissão de servidores ou servidor designado, as Notas Fiscais relativas à efetiva entrega dos equipamentos, após rigorosa conferência das características dos equipamentos entregues e comprovação da conformidade com o objeto contratado.

26.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, comunicando-a imediatamente sobre as irregularidades manifestadas na execução do contrato e recebendo dela as informações acerca das providências adotadas.

26.1.5. Prestar à Contratada todas as informações necessárias ao bom e fiel desempenho do contrato, bem como os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

26.1.6. Assegurar que as obrigações descritas neste Termo de Referência sejam realizadas pela Contratada, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao objeto contratual, salvo se autorizado prévia e expressamente pela SEPAT.

26.1.7. Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste Termo de Referência, quando for o caso, manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções pelo descumprimento total ou parcial.

26.1.8. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

26.1.9. A Contratada, na qualidade de fornecedora, obriga-se a:

26.1.10. Entregar o objeto na forma, quantidades e prazos exigidos no Termo de Referência e no Edital, em perfeitas condições, conforme as especificações e tamanhos solicitados, e no local estabelecido.

26.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

26.1.12. Responsabilizar-se integralmente pelos materiais contratados, nos termos da legislação vigente, e por todo e qualquer ônus decorrente da entrega dos materiais, inclusive frete, seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras despesas resultantes da entrega dos itens propostos, incluindo licenças em repartições públicas e registros, se necessário.

26.1.13. Corrigir, às suas expensas e sem qualquer ônus para a SEPAT, dentro de prazo compatível (máximo de 10 dias a contar da notificação), quaisquer falhas ou imperfeições originadas do fornecimento contratado durante o prazo de garantia, ou reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, no total ou em parte, o objeto contratado.

26.1.14. Dar integral cumprimento à proposta apresentada, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

26.1.15. Disponibilizar e manter atualizado endereço eletrônico durante toda a execução do contrato/fornecimento.

26.1.16. Comunicar à Administração, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação. Notificar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, da ocorrência de qualquer evento que venha a causar impedimentos na entrega do objeto, sem que isso a exima das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizado.

26.1.17. Fornecer à Contratante a relação com o nome do responsável técnico e da equipe encarregada para eventuais tratativas e extração de dúvidas.

26.1.18. Atender prontamente às solicitações da Contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários.

26.1.19. Recolher aos cofres do Estado, conforme instrução oportuna, as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de sua fatura.

26.1.20. Quando houver formalização contratual, aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

26.1.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, em conformidade com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

26.1.22. Apresentar as seguintes declarações, quando solicitadas: de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; de Fato Superveniente; de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP); de Ciência do Edital; de Menor; Independente de Proposta; de Acessibilidade; de Cota de Aprendizagem; e de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

27. **DA GARANTIA CONTRATUAL:**

27.1. Não será exigida garantia contratual, uma vez que o objeto desta licitação não apresenta grande complexidade.

28. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

28.1. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase ou etapa requeira a participação de terceiros, em razão da necessidade de especialização ou atividade diversa daquela praticada pela contratada, como material principal.

28.2. Os itens que compõem a solução são comuns, de fácil acesso e aquisição, não justificando a necessidade de realizar subcontratação.

28.3. Por essa razão, é vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto deste termo.

29. **DAS SANÇÕES:**

29.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 155, da Lei 14.133/21, pela inexecução parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 5% (cinco por cento) do valor contrato;

29.2. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do Art. 155 da Lei 14.133/21:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

29.3. Segundo o art. 156, da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

29.4. **Multa de:**

29.4.1. 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de **inexecução total** da obrigação assumida;

29.4.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

29.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrava pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

29.4.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

29.4.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrava no deste Termo de Referência.

29.4.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

29.4.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações se darão de acordo com a tabela abaixo:

TABELA

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	PORCENTAGEM
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	0,5%
2	Suspender ou interromper, salvo movo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos itens solicitados	1%
4	Entregar o bem incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência;	1,5%
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Manter atualizado endereço eletrônico durante toda a execução do contrato/fornecimento;	0,5 %
6	Acusar recebimento no e-mail da Ordem de Fornecimento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho	2%
7	Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.	2%
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	1 %
9	Comunicar a CONTRATANTE nos prazos estipulados neste termo de referência quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam a entrega do objeto.	1 %
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	1 %
11	Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da notificação;	1,5 %
12	Entregar o objeto conforme as especificações constantes da SAMS e Termo de Referência em consonância com a proposta apresentada.	1 %
13	Apresentar, no ato da entrega, uma carta com as seguintes informações do item: Número do CA; Data de vencimento do CA; Data de fabricação; Nome do fabricante; Nome do fornecedor; Código do lote do fabricante; Validade do item (Vida útil).	1,5%

*incidentes sobre o valor do objeto/item.

29.4.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Portaria nº 167 de 04 de abril de 2022 (0027822718).

29.4.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na dívida ativa e cobrados judicialmente.

29.4.10. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

29.4.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

29.4.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

29.4.13. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

30. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

30.1. A presente licitação correrá mediante sistema de registro de preços.

30.2. Da Opção pelo Sistema de Registro de Preços

30.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela conveniência na aquisição parcelada dos itens, em virtude da limitação de espaço físico para armazenamento total dos bens e da natureza da necessidade, que prevê entregas eventuais e futuras. Tal decisão encontra respaldo nos estudos apresentados no Estudo Técnico Preliminar 3 (0064352305).

30.4. O embasamento legal para a adoção do SRP para o objeto em questão está pautado no artigo 116, inciso II, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que dispõe:

Art. 116. Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses: [...] II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa;
Da Ata de Registro de Preços

30.5. O órgão gerenciador da ata será a **Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL**.

30.6. O único órgão participante da ata é a **Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT**.

30.7. A ata terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado que observe os parâmetros fixados no artigo 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

30.8. Da Utilização da Ata

30.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório (carona), mediante anuência do órgão gerenciador e desde que comprovada a sua vantajosidade.

30.10. Caberá ao fornecedor, beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que tal decisão não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

- 30.11. O órgão que se utilizar da ata deverá verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preços.
- 30.12. A eventual adesão deverá ocorrer em conformidade com a previsão do artigo 124 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
- 30.13. Os limites globais e individuais para adesões à Ata de Registro de Preços são os previstos nos §§ 4º e 5º do Artigo 86 da Lei nº 14.133/2021.
- 30.14. **Do Modo de Disputa**
- 30.15. O modo de disputa deste certame será **ABERTO**, tendo por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 30.16. **Da Intenção de Registro de Preços - IRP**
- 30.17. Fica vedada a utilização da intenção de registro de preços, uma vez que a SEPAT é a única contratante do objeto, em conformidade com o Artigo 9º, § 2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023.
- 30.18. **Das Obrigações do Órgão Gerenciador e da Detentora da Ata**
- 30.19. As obrigações do órgão gerenciador da ata, bem como as obrigações da detentora da ata, serão aquelas estabelecidas pela SUPEL no edital da licitação, regimento interno ou documento equivalente, uma vez que compete ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP.
- 30.20. **Da Quantidade Mínima a Ser Cotada**
- 30.21. No que concerne às quantidades mínimas, indica-se o disposto no Decreto nº 11.462/2023, que, embora seja o regulamento federal de registro de preços, pode ser utilizado como referência para as explicações necessárias:
- Art. 15. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disporá sobre: [...]
II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, desde que justificada; [...]
Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II do caput, consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.
- 30.22. Desse modo, a quantidade mínima a ser cotada refere-se ao quantitativo que o licitante deve apresentar em sua proposta, sendo possível que um mesmo edital origine múltiplos fornecedores para um único item.
- 30.23. Nesse sentido, é fundamental considerar uma possível perda de ganhos de escala decorrente do fracionamento de cotações pela Administração e observar os princípios da eficiência, vantajosidade e economicidade. Assim, não se vislumbra viabilidade técnica no recebimento de múltiplas propostas para um único item, ressalvados apenas os casos de possíveis divisões para reserva de cotas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).
- 30.24. Desta forma, as propostas apresentadas no presente certame deverão condizer com a totalidade dos quantitativos apresentados em cada item, não sendo admitida a possibilidade de os licitantes oferecerem propostas em quantitativos inferiores aos máximos previstos no edital.
31. **REAJUSTE E REPACTUAÇÃO:**
- 31.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), ressalvadas as hipóteses de reajuste e repactuação, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.
32. **REVISÃO DE PREÇOS**
- 32.1. A revisão dos preços registrados poderá ser solicitada pelo fornecedor ou pelo Órgão Gerenciador, desde que comprovada a ocorrência de fato superveniente que altere a equação econômico-financeira original da proposta, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.
33. **REDUÇÃO DE PREÇOS**
- 33.1. O fornecedor detentor da ARP será convocado pelo Órgão Gerenciador para negociar a redução dos preços registrados sempre que o preço de mercado se tornar inferior ao preço registrado, sob pena de cancelamento do registro, nos termos do regulamento do SRP.
- 33.2. Caso o fornecedor não aceite a redução, o Órgão Gerenciador poderá realizar pesquisa de mercado e, se comprovada a vantajosidade de novo preço, promover o cancelamento do registro e convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, para negociar a contratação.
34. **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**
- 34.1. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do registro de preços, mediante requerimento formal ao Órgão Gerenciador, nas seguintes hipóteses:
- a) Comprovação de fato superveniente que o impeça de cumprir a ARP, sem culpa ou dolo.
- b) Alteração substancial das condições de mercado que torne o preço registrado manifestamente desvantajoso, desde que devidamente comprovada e aceita pelo Órgão Gerenciador.
- 34.2. O Órgão Gerenciador poderá cancelar o registro de preços, de forma total ou parcial, nas seguintes situações:
- a) Pela inexecução da ARP, total ou parcial, por parte do fornecedor.
- b) Pela não aceitação da redução do preço registrado, quando este se tornar superior ao preço de mercado, conforme item 1.3.
- c) Pela não aceitação da manutenção do preço registrado, nas hipóteses de revisão, quando o preço se tornar manifestamente desvantajoso para a Administração.
- d) Por razões de interesse público, devidamente justificadas, ou por fato superveniente que torne o registro de preços inconveniente ou inoportuno.

e) Em caso de descredenciamento do fornecedor por descumprimento das condições da ARP ou da legislação aplicável.

34.3. O cancelamento do registro de preços será precedido de notificação ao fornecedor, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo legal.

35. INDICAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PREVER PREÇOS DIFERENTES

35.1. É admitida a previsão de preços diferentes na mesma Ata de Registro de Preços, nas seguintes situações, desde que devidamente justificadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Edital:

- a) Em razão da localização da entrega dos EPIs (frete, logística, etc.).
- b) Em função da sazonalidade ou de condições específicas de fornecimento.
- c) Em função da quantidade total a ser adquirida (economia de escala).

35.2. O edital estabelecerá os critérios objetivos para a aceitabilidade de preços diferenciados, devendo o fornecedor apresentar a proposta de preços de acordo com as especificações e condições de entrega estabelecidas.

36. DA ADEÇÃO

36.1. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços (ARP) por órgãos e entidades não participantes ("caronas") não poderá exceder, na totalidade, o dobro do quantitativo de cada item registrado para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, conforme a regulamentação federal do SRP.

36.2. O limite global de adesão poderá ser alterado por regulamento específico do ente federativo, desde que devidamente justificado e em consonância com o interesse público.

36.3. O Órgão Gerenciador deverá monitorar e controlar o limite global de adesão, informando o fornecedor e os órgãos não participantes quando o limite estiver próximo de ser atingido.

37. JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO:

37.1. Em conformidade com o artigo 34 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que permite justificativas em casos de exclusão de pessoas físicas, a qual, na licitação ora pretendida, justifica-se por critérios técnicos e econômicos, especificamente pelas seguintes razões:

- **Complexidade Técnica e Operacional:** O objeto da contratação, relacionado à aquisição de EPIs, exige infraestrutura especializada e capacidade produtiva em escala que, normalmente, não são atendidas por pessoas físicas.
- **Garantia de Capacidade Financeira:** A contratação envolve valores e compromissos que requerem estrutura econômica e financeira robusta, geralmente disponíveis em empresas formalmente constituídas.
- **Exigências de Qualificação Técnica:** A comprovação de experiência prévia e capacidade de entrega em larga escala favorece a participação de pessoas jurídicas que possuam equipes técnicas e equipamentos adequados para o atendimento da demanda.

37.2. À luz do exposto, a exclusão de pessoas físicas da licitação para a aquisição de EPIs na modalidade Registro de Preços (RP) é medida necessária e justificável para garantir a qualidade dos serviços, a eficiência da entrega e a segurança da Administração Pública.

38. DA POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

38.3. Fica expressamente prevista a possibilidade de renovação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços (ARP) decorrente deste processo licitatório, por ocasião de sua prorrogação, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

38.4. A renovação dos quantitativos estará condicionada à estrita observância dos seguintes requisitos, a serem comprovados e justificados pela Administração Pública no momento da decisão pela prorrogação:

38.4.1. Comprovação da manutenção do preço vantajoso para a Administração, mediante pesquisa de mercado atualizada que demonstre a compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado, ou que os preços se mostrem mais vantajosos para a Administração;

38.4.2. A decisão pela renovação dos quantitativos deverá ter sido objeto de planejamento prévio e adequado, com a devida justificativa e análise de viabilidade técnica e econômica, preferencialmente no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou no Termo de Referência/Projeto Básico que fundamentaram a contratação inicial;

38.5. A ausência de qualquer das condições estabelecidas no item 38.4 inviabilizará a renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços, ainda que haja prorrogação de sua vigência.

38.6. A presente previsão expressa deverá constar no Instrumento Convocatório e na Ata de Registro de Preços, visando conferir segurança jurídica e transparência ao processo, garantindo que a possibilidade de renovação dos quantitativos seja de conhecimento de todos os envolvidos desde a fase inicial da licitação.

39. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

39.1. O **parcelamento da solução** constitui a regra geral nas contratações públicas, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, visando à ampliação da competitividade e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração. Deste modo, a licitação será realizada por itens ou lotes, sempre que o objeto for divisível, desde que se constate a inexistência de prejuízo ao conjunto da solução ou perda de economia de escala, com o intuito de fomentar a ampla participação de licitantes.

39.2. Em consonância com o art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que positiva o tema ao determinar que, na aplicação do princípio do parcelamento referente às compras, devem ser considerados, dentre outros, (i) a viabilidade da divisão do objeto em lotes e (ii) os impactos técnico-econômicos dessa divisão, e exigindo justificativa técnica no Estudo Técnico Preliminar (ETP) quanto ao parcelar ou não parcelar, conclui-se que a presente contratação será **parcelada**.

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

39.3. A decisão pelo parcelamento fundamenta-se na análise da divisibilidade do objeto e na avaliação dos impactos técnico-econômicos, que indicam ser esta a abordagem mais alinhada aos princípios da Lei nº 14.133/2021. O parcelamento permitirá:

- **Ampliação da Competitividade:** Ao dividir o objeto em itens ou lotes, possibilita-se a participação de um maior número de licitantes, incluindo pequenas e médias empresas, fomentando a concorrência e, consequentemente, a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.
- **Otimização da Gestão Contratual:** A divisão em lotes específicos pode facilitar a gestão e fiscalização dos contratos, permitindo um acompanhamento mais detalhado de cada segmento da aquisição.
- **Adequação às Necessidades Específicas:** O parcelamento permite que cada item ou lote seja adquirido de fornecedores especializados, garantindo a qualidade e a adequação dos produtos às necessidades específicas da Administração, com seus quantitativos e especialidades esperadas.

39.4. Assim, em estrito cumprimento à legislação vigente e aos princípios da eficiência e economicidade, a presente contratação será parcelada, buscando a máxima vantagem para a Administração Pública.

40. DO FORO:

40.1. As partes elegem o foro da comarca de Porto Velho-RO, para dirimir as questões que não puderem ser resolvidas pela via administrativa referentes a este termo de referência.

41. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

41.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste Termo de Referência serão resolvidos e decididos aplicando-se a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Estadual nº 28.874/2024, com suas alterações e amplitude de legislação aplicável vigente.

41.2. Na ausência de prazos definidos neste instrumento, salvo justificativa da Administração, entenda-se 05 (cinco) dias úteis para atuação dos agentes envolvidos, em consonância com a Lei 9.784/99.

41.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, quando não mencionado o contrário, considerar-se-ão os dias consecutivos.

41.4. Este instrumento é regido pelas normas e diretrizes estabelecidas art.10 da instrução Normativa nº 81/2022/SEGES/ME.

42. DOS ANEXOS :

42.1. Estudo Técnico Preliminar (0066532174).

42.2. Minuta de Contrato (0066595711)

Elaborado por:

JOÃO VITOR DOS SANTOS PEREIRA

Assessor

Gerência de Compras - GECOM

Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

NIÉLI SALES MACHADO

Gerente

Gerência de Compras - GECOM

Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

Revisado por:

MARLI SIMIÃO DOS SANTOS REIS

Assessora

Coordenadoria de Georreferenciamento - Coogeo

Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

LUCAS SANSEL

Coordenador
Coordenadoria de Georreferenciamento - Coogeo
Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

Aprovado por:

ÍDEL MARTINS GONÇALVES

Diretor Executivo - Decreto de 5 de maio de 2026 (71881569)
Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária
Por delegação Portaria Ordenador de Despesas - Portaria nº 121 de 04 de maio de 2026 (71823100)



Documento assinado eletronicamente por **MARLI SIMIÃO DOS SANTOS REIS, Gerente**, em 21/05/2026, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS SANSEL, Coordenador(a)**, em 21/05/2026, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIELI SALES MACHADO, Gerente**, em 21/05/2026, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO VITOR DOS SANTOS PEREIRA, Assessor(a)**, em 21/05/2026, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **IDEL MARTINS GONÇALVES, Diretor(a)**, em 22/05/2026, às 05:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71846713** e o código CRC **388787CD**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT
Núcleo de Compras - SEPAT-NUCOM

SAMS

N.º Processo: 0064.001692/2025-25

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

Exposição de Motivo: Aquisição de materiais, compreendendo **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses.

MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

ITEM	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	MODELO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Material	Material	Capacete de Segurança, tipo II com jugular, resistente a impactos e intempéries.	39			
2	Material	Unidade	Colete refletivo, Alta visibilidade, com faixas refletivas (ABNT NBR 15292)	20			
3	Material	Unidade	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 36	12			
4	Material	Unidade	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 38	12			
5	Material	Unidade	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 40	30			

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT**Exposição de Motivo:** Aquisição de materiais, compreendendo **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses.**MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI**

ITEM	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	MODELO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 42	58			
7	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 44	52			
8	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 46	40			
9	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 48	25			
10	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 50	10			
11	Material	Unidade	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 52	5			
12	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho P	55			

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT**Exposição de Motivo:** Aquisição de materiais, compreendendo **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses.**MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI**

ITEM	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	MODELO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho M	252			
14	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho G	242			
15	Material	Unidade	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho GG	59			
16	Material	Unidade	Óculos de sol esportivo, lentes polarizadas preto com filtro UV, antiembaçantes, laterais, flexíveis e fechadas.	70			
17	Material	Unidade	Luvas de proteção, raspa ou vaqueta, ou luvas anti-corte dependendo da atividade. (pares)	150			

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT**Exposição de Motivo:** Aquisição de materiais, compreendendo **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses.**MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI**

ITEM	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	MODELO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	Material	Unidade	Protetor auricular, tipo plug ou concha, para uso com drones ou equipamentos ruidosos.	50			
19	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 36	5			
20	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 37	14			
21	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 38	18			

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT**Exposição de Motivo:** Aquisição de materiais, compreendendo **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses.**MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI**

ITEM	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	MODELO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 39	20			
23	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 40	26			
24	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 41	18			
25	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 42	38			

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT**Exposição de Motivo:** Aquisição de materiais, compreendendo **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses.**MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI**

ITEM	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	MODELO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 43	34			
27	Material	Unidade	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 44	20			
28	Material	Unidade	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada. tamanho M	64			
29	Material	Unidade	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada. tamanho G	60			
30	Material	Unidade	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada. tamanho GG	70			
31	Material	Unidade	Protetor Solar FPS 60 com ação repelente 1 Litro	70			

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT**Exposição de Motivo:** Aquisição de materiais, compreendendo **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses.**MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI**

ITEM	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	MODELO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
32	Material	Unidade	Protetor solar FPS 50+, loção resistente à água, com proteção UVA/UVB, 120 ml.	46			
33	Material	Unidade	Repelente de insetos, com Icaridina ou DEET, para proteção contra insetos vetores, 100 ml.	50			
34	Material	Unidade	Garrafa Termica para água, Capacidade de 10 L, em aço inox durável, com tampa de alavanca, vedação com válvula antivasamento e alça para transporte.	31			
35	Material	Unidade	Chapéu de proteção Solar Nucal e cinta fixadora de Pescoço, tecido em algodão; com fecho em metal; forro em algodão; Proteção de nuca. tamanho M	50			

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

Exposição de Motivo: Aquisição de materiais, compreendendo Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses.

MATERIAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

ITEM	TIPO DE ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	MODELO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
36	Material	Unidade	Chapéu de proteção Solar Nucal e cinta fixadora de Pescoço, tecido em algodão; com fecho em metal; forro em algodão; Proteção de nuca. tamanho G	46			

Local:	Responsável pela Cotação:	Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Valor Total da Proposta:
Data:	Fone:		Validade Proposta:
Banco: Agência: C/C:	<u>Assinatura:</u>		Prazo de Entrega:

OBS: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos: CERTIDÕES NEGATIVAS ou POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO junto ao INSS, FGTS, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, TRIBUTOS FEDERAIS, TRIBUTOS ESTADUAIS, TRIBUTOS MUNICIPAIS E TRABALHISTA.

Porto Velho, 07 de outubro de 2025.

JOÃO VITOR DOS SANTOS PEREIRA
Núcleo de Compras - SEPAT-NUCOM
Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

NIÉLI SALES MACHADO
Gerente
Núcleo de Compras - SEPAT-NUCOM
Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT/RO



Documento assinado eletronicamente por NIELI SALES MACHADO, Gerente, em 10/10/2025, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO VITOR DOS SANTOS PEREIRA, Assessor(a)**, em 13/10/2025, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0065160261** e o código CRC **3B7C9C68**.

Referência: Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0064.001692/2025-25

SEI nº 0065160261

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	BANCO DE PREÇOS 1	BANCO DE PREÇOS 2	BANCO DE PREÇOS 3	BANCO DE PREÇOS 4	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO - COTA ME/EP (F) - [B X D]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL [F + G]
1	Capacete de Segurança, tipo II com jugular, resistente a impactos e intempéries.	UNIDADE	39	39	NÃO APLICÁVEL	R\$ 18,90	R\$ 19,00	R\$ 19,62	R\$ 23,00	18,90	R\$ 20,13	19,31	1,94	9,64%	MÉDIO	R\$ 785,07	-	R\$ 785,07
2	Colete refletivo, Alta visibilidade, com faixas refletivas (ABNT NBR 15292)	UNIDADE	20	20	NÃO APLICÁVEL	R\$ 20,00	R\$ 21,00	R\$ 22,30	R\$ 23,00	20,00	R\$ 21,58	21,65	1,34	6,20%	MÉDIO	R\$ 431,60	-	R\$ 431,60
3	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 36	UNIDADE	12	12	NÃO APLICÁVEL	R\$ 150,00	R\$ 160,88	R\$ 184,00	R\$ 195,00	150,00	R\$ 172,47	172,44	20,65	11,98%	MÉDIO	R\$ 2.069,64	-	R\$ 2.069,64
4	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 38	UNIDADE	12	12	NÃO APLICÁVEL	R\$ 150,00	R\$ 160,88	R\$ 184,00	R\$ 195,00	150,00	R\$ 172,47	172,44	20,65	11,98%	MÉDIO	R\$ 2.069,64	-	R\$ 2.069,64
5	Calça tática ultra resistente impermeável tamanho 40	UNIDADE	30	30	NÃO APLICÁVEL	R\$ 150,00	R\$ 160,88	R\$ 184,00	R\$ 195,00	150,00	R\$ 172,47	172,44	20,65	11,98%	MÉDIO	R\$ 5.174,10	-	R\$ 5.174,10
6	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 42	UNIDADE	58	58	NÃO APLICÁVEL	R\$ 150,00	R\$ 160,88	R\$ 184,00	R\$ 195,00	150,00	R\$ 172,47	172,44	20,65	11,98%	MÉDIO	R\$ 10.003,26	-	R\$ 10.003,26
7	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 44	UNIDADE	52	52	NÃO APLICÁVEL	R\$ 150,00	R\$ 160,88	R\$ 184,00	R\$ 195,00	150,00	R\$ 172,47	172,44	20,65	11,98%	MÉDIO	R\$ 8.968,44	-	R\$ 8.968,44
8	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 46	UNIDADE	40	40	NÃO APLICÁVEL	R\$ 150,00	R\$ 160,88	R\$ 184,00	R\$ 195,00	150,00	R\$ 172,47	172,44	20,65	11,98%	MÉDIO	R\$ 6.898,80	-	R\$ 6.898,80
9	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 48	UNIDADE	25	25	NÃO APLICÁVEL	R\$ 150,00	R\$ 160,88	R\$ 184,00	R\$ 195,00	150,00	R\$ 172,47	172,44	20,65	11,98%	MÉDIO	R\$ 4.311,75	-	R\$ 4.311,75

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	BANCO DE PREÇOS 1	BANCO DE PREÇOS 2	BANCO DE PREÇOS 3	BANCO DE PREÇOS 4	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO - COTA ME/EP (F) - [B X D]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL [F + G]
10	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 50	UNIDADE	10	10	NÃO APLICÁVEL	R\$ 150,00	R\$ 160,88	R\$ 184,00	R\$ 195,00	150,00	R\$ 172,47	172,44	20,65	11,98%	MÉDIO	R\$ 1.724,70	-	R\$ 1.724,70
11	Calça tática militar ultra resistente impermeável tamanho 52	UNIDADE	5	5	NÃO APLICÁVEL	R\$ 150,00	R\$ 160,88	R\$ 184,00	R\$ 195,00	150,00	R\$ 172,47	172,44	20,65	11,98%	MÉDIO	R\$ 862,35	-	R\$ 862,35
12	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho P	UNIDADE	55	55	NÃO APLICÁVEL	R\$ 55,00	R\$ 55,30	R\$ 61,80	R\$ 64,76	55,00	R\$ 59,22	58,55	4,85	8,19%	MÉDIO	R\$ 3.257,10	-	R\$ 3.257,10
13	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho M	UNIDADE	252	252	NÃO APLICÁVEL	R\$ 55,00	R\$ 55,30	R\$ 61,80	R\$ 64,76	55,00	R\$ 59,22	58,55	4,85	8,19%	MÉDIO	R\$ 14.923,44	-	R\$ 14.923,44
14	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho G	UNIDADE	242	242	NÃO APLICÁVEL	R\$ 55,00	R\$ 55,30	R\$ 61,80	R\$ 64,76	55,00	R\$ 59,22	58,55	4,85	8,19%	MÉDIO	R\$ 14.331,24	-	R\$ 14.331,24
15	Camisa manga longa, tecido com proteção UV, respirável e de secagem rápida, tamanho GG	UNIDADE	59	59	NÃO APLICÁVEL	R\$ 55,00	R\$ 55,30	R\$ 61,80	R\$ 64,76	55,00	R\$ 59,22	58,55	4,85	8,19%	MÉDIO	R\$ 3.493,98	-	R\$ 3.493,98
16	Óculos de sol esportivo, lentes polarizadas preto com filtro UV, antiembaçantes, laterais, flexíveis e fechadas.	UNIDADE	70	70	NÃO APLICÁVEL	R\$ 7,70	R\$ 8,50	R\$ 9,40	R\$ 10,00	7,70	R\$ 8,90	8,95	1,01	11,35%	MÉDIO	R\$ 623,00	-	R\$ 623,00
17	Luvas de proteção, raspa ou vaqueta, ou luvas anti-corte dependendo da atividade. (pares)	UNIDADE	150	150	NÃO APLICÁVEL	R\$ 17,00	R\$ 22,59	R\$ 24,99	R\$ 27,00	17,00	R\$ 22,90	23,79	4,32	18,86%	MÉDIO	R\$ 3.435,00	-	R\$ 3.435,00
18	Protetor auricular, tipo plug ou concha, para uso com drones ou equipamentos ruidosos.	UNIDADE	50	50	NÃO APLICÁVEL	R\$ 2,00	R\$ 2,10	R\$ 2,44	R\$ 3,35	2,00	R\$ 2,47	2,27	0,61	24,88%	MÉDIO	R\$ 123,50	-	R\$ 123,50
19	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 36	UNIDADE	5	5	NÃO APLICÁVEL	R\$ 74,00	R\$ 75,09	R\$ 88,00	R\$ 90,00	74,00	R\$ 81,77	81,55	8,40	10,27%	MÉDIO	R\$ 408,85	-	R\$ 408,85

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	BANCO DE PREÇOS 1	BANCO DE PREÇOS 2	BANCO DE PREÇOS 3	BANCO DE PREÇOS 4	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO - COTA ME/EP (F) - [B X D]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL [F + G]
20	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 37	UNIDADE	14	14	NÃO APLICÁVEL	R\$ 74,00	R\$ 75,09	R\$ 88,00	R\$ 90,00	74,00	R\$ 81,77	81,55	8,40	10,27%	MÉDIO	R\$ 1.144,78	-	R\$ 1.144,78
21	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 38	UNIDADE	18	18	NÃO APLICÁVEL	R\$ 74,00	R\$ 75,09	R\$ 88,00	R\$ 90,00	74,00	R\$ 81,77	81,55	8,40	10,27%	MÉDIO	R\$ 1.471,86	-	R\$ 1.471,86
22	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 39	UNIDADE	20	20	NÃO APLICÁVEL	R\$ 74,00	R\$ 75,09	R\$ 88,00	R\$ 90,00	74,00	R\$ 81,77	81,55	8,40	10,27%	MÉDIO	R\$ 1.635,40	-	R\$ 1.635,40
23	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 40	UNIDADE	26	26	NÃO APLICÁVEL	R\$ 74,00	R\$ 75,09	R\$ 88,00	R\$ 90,00	74,00	R\$ 81,77	81,55	8,40	10,27%	MÉDIO	R\$ 2.126,02	-	R\$ 2.126,02
24	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 41	UNIDADE	18	18	NÃO APLICÁVEL	R\$ 74,00	R\$ 75,09	R\$ 88,00	R\$ 90,00	74,00	R\$ 81,77	81,55	8,40	10,27%	MÉDIO	R\$ 1.471,86	-	R\$ 1.471,86
25	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 42	UNIDADE	38	38	NÃO APLICÁVEL	R\$ 74,00	R\$ 75,09	R\$ 88,00	R\$ 90,00	74,00	R\$ 81,77	81,55	8,40	10,27%	MÉDIO	R\$ 3.107,26	-	R\$ 3.107,26
26	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 43	UNIDADE	34	34	NÃO APLICÁVEL	R\$ 74,00	R\$ 75,09	R\$ 88,00	R\$ 90,00	74,00	R\$ 81,77	81,55	8,40	10,27%	MÉDIO	R\$ 2.780,18	-	R\$ 2.780,18
27	Bota de segurança (coturno) cano médio ou alto, solado antiderrapante, biqueira de aço ou composite, impermeável tamanho 44	UNIDADE	20	20	NÃO APLICÁVEL	R\$ 74,00	R\$ 75,09	R\$ 88,00	R\$ 90,00	74,00	R\$ 81,77	81,55	8,40	10,27%	MÉDIO	R\$ 1.635,40	-	R\$ 1.635,40
28	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada.tamanho M	UNIDADE	64	64	NÃO APLICÁVEL	R\$ 20,69	R\$ 27,00	R\$ 28,00	R\$ 29,02	20,69	R\$ 26,18	27,50	3,75	14,32%	MÉDIO	R\$ 1.675,52	-	R\$ 1.675,52

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	BANCO DE PREÇOS 1	BANCO DE PREÇOS 2	BANCO DE PREÇOS 3	BANCO DE PREÇOS 4	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO- COTA ME/EPP (F) - [B X D]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL [F + G]
29	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada.tamanho G	UNIDADE	60	60	NÃO APLICÁVEL	R\$ 20,69	R\$ 27,00	R\$ 28,00	R\$ 29,02	20,69	R\$ 26,18	27,50	3,75	14,32%	MÉDIO	R\$ 1.570,80	-	R\$ 1.570,80
30	Capa de chuva impermeável, PVC ou nylon resinado com costura selada.tamanho GG	UNIDADE	70	70	NÃO APLICÁVEL	R\$ 20,69	R\$ 27,00	R\$ 28,00	R\$ 29,02	20,69	R\$ 26,18	27,50	3,75	14,32%	MÉDIO	R\$ 1.832,60	-	R\$ 1.832,60
31	Protetor Solar FPS 60 com ação repelente 1 Litro	UNIDADE	70	70	NÃO APLICÁVEL	R\$ 136,00	R\$ 140,00	R\$ 155,90	R\$ 180,31	136,00	R\$ 153,05	147,95	20,10	13,13%	MÉDIO	R\$ 10.713,50	-	R\$ 10.713,50
32	Protetor solar FPS 50+, loção resistente à água, com proteção UVA/UVB, 120 ml.	UNIDADE	46	46	NÃO APLICÁVEL	R\$ 36,00	R\$ 42,39	R\$ 44,50	R\$ 59,00	36,00	R\$ 45,47	43,45	9,72	21,37%	MÉDIO	R\$ 2.091,62	-	R\$ 2.091,62
33	Repelente de insetos, com Icaridina ou DEET, para proteção contra insetos vetores, 100 ml.	UNIDADE	50	50	NÃO APLICÁVEL	R\$ 19,50	R\$ 20,35	R\$ 25,05	R\$ 25,69	19,50	R\$ 22,65	22,70	3,17	14,01%	MÉDIO	R\$ 1.132,50	-	R\$ 1.132,50
34	Garrafa Termica para água, Capacidade de 10 L, em aço inox durável, com tampa de alavanca, vedação com válvula antivasamento e alça para transporte.	UNIDADE	31	31	NÃO APLICÁVEL	R\$ 259,00	R\$ 299,80	R\$ 337,22	R\$ 390,66	259,00	R\$ 321,67	318,51	56,00	17,41%	MÉDIO	R\$ 9.971,77	-	R\$ 9.971,77
35	Chapéu de proteção Solar Nucal e cinta fixadora de Pescoço, tecido em algodão; com fecho em metal; forro em algodão; Proteção de nuca.tamanho M	UNIDADE	50	50	NÃO APLICÁVEL	R\$ 26,30	R\$ 28,78	R\$ 34,77	R\$ 39,00	26,30	R\$ 32,21	31,78	5,75	17,87%	MÉDIO	R\$ 1.610,50	-	R\$ 1.610,50
36	Chapéu de proteção Solar Nucal e cinta fixadora de Pescoço, tecido em algodão; com fecho em metal; forro em algodão; Proteção de nuca.tamanho G	UNIDADE	46	46	NÃO APLICÁVEL	R\$ 26,30	R\$ 28,78	R\$ 34,77	R\$ 39,00	26,30	R\$ 32,21	31,78	5,75	17,87%	MÉDIO	R\$ 1.481,66	-	R\$ 1.481,66

VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP R\$ 131.348,69

VALOR TOTAL COTA ME/EPP R\$ -

VALOR TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA R\$ -

VALOR TOTAL R\$ 131.348,69

NOTA EXPLICATIVA:
IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES

EMP1 BANCO DE PREÇOS
EMP2 BANCO DE PREÇOS
EMP3 BANCO DE PREÇOS
EMP4 BANCO DE PREÇOS

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

Assessoria Técnica - SEPAT-ASTEC

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SEPAT, inscrita no CNPJ/MF sob o n. (00.000.000/0000-00), com sede na Rua Farquar, n. 2986, Complexo Rio Madeira, Bairro Pedrinhas, nesta cidade de Porto Velho/RO, representada pelo(a) (CARGO DO REPRESENTANTE), Sr.(a) (NOME DO REPRESENTANTE), CPF n. (*.000.000-).

CONTRATADA: A empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob o n. (00.000.000/0000-00), com sede na Rua (ENDEREÇO), representada por seu(ua) (CARGO), Sr.(a) (NOME), CPF n. (*.000.000-).

As partes acima qualificadas celebram o presente **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI**, decorrente do **Pregão nº XXXXX/2025**, conduzido sob a Lei Federal n. 14.133/2021, Decreto Estadual n. 28.874/2024, Termo de Referência (id XXXXX) e demais documentos constantes do Processo Administrativo n. XXXXXXX, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais, compreendendo **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**2.1. Do Local e da Forma de Entrega**

2.1.1. O objeto deverá ser entregue, em lote único, no Núcleo de Patrimônio e Almocharifado da SEPAT, localizado na Rua Antônio Lacerda, nº 4138, Bairro Setor Industrial, Porto Velho/RO, CEP 76.801-005, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 13h30min.

2.1.2. A entrega deverá ser previamente agendada por meio do endereço eletrônico: **cec@sepat.ro.gov.br**.

2.2. Do Prazo de Entrega

2.2.1. O prazo para entrega do objeto será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura deste instrumento ou de outro instrumento hábil que o substitua, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.2. A entrega deverá observar integralmente as especificações constantes no Termo de Referência, bem como todos os critérios de qualidade exigidos.

2.2.3. O aceite definitivo será realizado somente após a verificação de conformidade dos itens com as exigências técnicas pactuadas.

2.2.4. A contratada deverá utilizar equipamentos adequados e disponibilizar profissionais capacitados em número suficiente para garantir a execução completa da entrega, inclusive nos casos de ausências por férias, licenças ou quaisquer eventualidades.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, contados da assinatura, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXXXX**, conforme o Pregão nº XXXX/2025.

4.2. Os preços incluem todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, tais como tributos, frete, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas.

4. CLÁUSULA QUINTA – DO CONTRATO

5.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração.

5.2. O prazo para assinatura será de até 05 (cinco) dias úteis após disponibilização do instrumento contratual.

5.3. A contratada deverá manter, durante toda a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Do Reajuste

5.4. Os preços permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano contado da data da proposta.

5.5. Após esse período, e mediante solicitação da contratada, poderá ser aplicado reajuste com base no índice IPCA.

5.6. A contratada deverá apresentar memória de cálculo sempre que houver reajustamento.

5.7. Caso o índice adotado seja extinto, será utilizado aquele definido pela legislação vigente; na ausência de previsão, as partes elegerão novo índice oficial por meio de termo aditivo.

5.8. O reajuste poderá ser implementado mediante apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.1. Nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o recebimento dos bens observará:

Recebimento Provisório

6.1.1. Até 05 (cinco) dias úteis após a entrega, será emitido Termo de Recebimento Provisório, condicionado à verificação preliminar de conformidade.

Recebimento Definitivo

6.1.2. Até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, será realizada a verificação final e, estando tudo conforme, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

6.2. Constatada qualquer irregularidade, defeito ou não conformidade, os prazos de recebimento e pagamento serão interrompidos até a regularização.

6.3. A contratada será notificada e deverá sanar as irregularidades no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

6.4. O recebimento definitivo não exime a contratada de responsabilidade durante o período de garantia.

6.5. A contratada poderá solicitar, de forma justificada, prorrogação do prazo de entrega por até 30 (trinta) dias, sujeita à autorização da Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento observará o art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 28.874/2024.

7.2. O pagamento será realizado via ordem bancária, em até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura certificada pela Comissão de Recebimento.

7.3. As Notas Fiscais deverão conter:

- descrição detalhada do objeto;
- número do contrato;
- dados bancários da contratada.

7.4. A contratada deverá apresentar certidões fiscais, previdenciárias e trabalhistas, sendo admitidas certidões positivas com efeito de negativa.

7.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – FRFUR, CNPJ 18.677.407/0001-13**.

Dos Encargos Moratórios

7.6. Em caso de atraso de pagamento por culpa da Administração, incidirá atualização monetária, calculada pela fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365; I = \dots\dots\dots$$

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

7.7. Notas fiscais com erro serão devolvidas à contratada para correção, reiniciando-se o prazo de pagamento após sua regularização.

7.8. A Administração não efetuará pagamentos a terceiros sem autorização formal.

7.9. Encargos decorrentes de inadimplemento da contratada serão de sua exclusiva responsabilidade.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA obriga-se a executar integralmente o objeto deste ajuste, observando todas as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos no Termo de Referência e neste instrumento, garantindo que a entrega ocorra no local indicado e em perfeitas condições de qualidade. Deverá manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação e qualificação apresentadas na fase licitatória, responsabilizando-se por todos os materiais, equipamentos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

8.2. Compete-lhe, ainda, corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios, imperfeições ou desconformidades que venham a ser constatadas pela fiscalização, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente a proposta apresentada, manter atualizado o endereço eletrônico fornecido para comunicações oficiais e informar previamente à Administração sobre qualquer fato superveniente que possa, direta ou indiretamente, afetar a execução contratual.

8.3. A CONTRATADA se compromete a disponibilizar, sempre que requisitado, os dados do responsável técnico pela execução, bem como da equipe envolvida, e a atender prontamente todas as solicitações da fiscalização. Também deverá efetuar o pagamento de multas, indenizações ou demais encargos decorrentes de inadimplemento contratual, sem prejuízo da continuidade da prestação do objeto.

8.4. Nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicial atualizado do contrato. Ademais, responde integralmente pelos vícios, defeitos, danos ou prejuízos decorrentes da execução, na forma do Código de Defesa do Consumidor, comprometendo-se a apresentar todas as declarações legais exigidas pela Administração sempre que solicitada.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), na qualidade de Contratante, obriga-se a:

9.2. Designar formalmente servidor(es) para promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, com vistas ao seu perfeito cumprimento sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando em instrumento próprio as eventuais falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências que exijam medidas corretivas.

9.3. Efetuar o pagamento à Contratada nos prazos e condições estabelecidos, bem como atestar, por meio de comissão de servidores ou servidor designado, as Notas Fiscais relativas à efetiva entrega dos equipamentos, após rigorosa conferência das características dos equipamentos entregues e comprovação da conformidade com o objeto contratado.

9.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, comunicando-a imediatamente sobre as irregularidades manifestadas na execução do contrato e recebendo dela as informações acerca das providências adotadas.

9.5. Prestar à Contratada todas as informações necessárias ao bom e fiel desempenho do contrato, bem como os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

9.6. Assegurar que as obrigações descritas neste Termo de Referência sejam realizadas pela Contratada, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao objeto contratual, salvo se autorizado prévia e expressamente pela SEPAT.

9.7. Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste Termo de Referência, quando for o caso, manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções pelo descumprimento total ou parcial.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por uma comissão de no mínimo 03 (três) pessoas, indicados pela CONTRATANTE, dos quais deverão dentre outros averiguar o que segue:

10.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato sob os aspectos qualitativo e quantitativo, conforme prevê o art. 140, da Lei nº. 14.133/2021, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver em desacordo com o contrato, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto a sua execução;

10.3. Supervisionar, fiscalizar, atestar e conferir o objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, podendo recusar tudo o que estiver em desacordo com as normas ou descrições contidas neste Termo de Referência;

10.4. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em caso de descumprimento contratual, poderão ser aplicadas as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.2. As penalidades incluem advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão solucionados pela Procuradoria-Geral do Estado, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, em decretos regulamentares, normas internas correlatas e demais disposições legais

aplicáveis à espécie, observadas as competências institucionais da Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia - PGE/RO no controle jurídico dos atos administrativos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação deste instrumento no PNCP e nos demais meios oficiais.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir controvérsias decorrentes deste contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ASSINATURAS

15.1. A data do contrato corresponderá à assinatura eletrônica mais recente.

Porto Velho/RO, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Fabio Alves da Silva Junior, Coordenador(a)**, em 25/11/2025, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0066595711** e o código CRC **1B4F2517**.

Referência: Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0064.001692/2025-25

SEI nº 0066595711

Criado por [01218692294](#), versão 7 por [01218692294](#) em 25/11/2025 09:55:01.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/XXXX/SUPEL_RO			
Origem: XXXXX	Pregão Eletrônico nº 90599/2025		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº 0064.001692/2025-25	
Órgão Participante:	Secretaria Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

2.1. REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de materiais, compreendendo Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados para garantir condições seguras e regulares de trabalho aos servidores da Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), visando atender as necessidades da SEPAT.

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

5. **CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO**

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao

órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.6. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.7. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.8. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.9. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.10. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.11. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1º de abril de

2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

11. CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12. ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

Geovanna Pinheiro Alves

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços /SUPEL

Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento

Diretora Executiva /SUPEL

ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA

Superintendente Estadual de Compras e Licitações



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 1ª - SUPEL-COGEN1

ATA

**OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO
ADESÃO COMO INTERESSADO**

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº / [],

[DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE

